



**Odivelas**  
CÂMARA MUNICIPAL

# **BOLETIM MUNICIPAL** das Deliberações e Decisões

Ano XXI - N.º 22 / 2020 - 27 de outubro de 2020



**FICHA TÉCNICA:**

**Diretor:** Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,  
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

**Propriedade e Edição:** Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,  
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

**Coordenação, Layout e Paginação:** Câmara Municipal de Odivelas  
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

**Periodicidade:** Quinzenal

**Data de publicação:** 27 de outubro de 2020

**Tiragem:** 13 Exemplares

**N.º de Depósito Legal:** 263350/07

Distribuição Gratuita

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,  
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,  
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

**Telefone:** 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: [www.cm-odivelas.pt/](http://www.cm-odivelas.pt/)

## ÍNDICE

	Página
<b>CÂMARA MUNICIPAL</b>	
<b>20.ª REUNIÃO ORDINÁRIA</b> realizada em 14 de outubro de 2020	
18.ª Alteração Orçamental - 4.ª Alteração Orçamental Modificativa 2020	7
Procedimentos internos de seleção para mudança de nível na carreira de informática	7
Recurso à reserva de recrutamento para contratação de sete postos de trabalho na categoria de Assistente Operacional	7
Requalificação da Av. D. Dinis em Odivelas e remodelação da rede de abastecimento de água a Odivelas – fase 1B- SIMAR de Loures e Odivelas	7
Estratégia para a Mobilidade Urbana Sustentável / Plano de Mobilidade e Transportes de Odivelas	8
<i>Regulamento Interno da Piscina Municipal de Odivelas</i>	9
Valor excedente relativo à presença da Polícia de Segurança Pública na “Final-Four da Taça de Portugal de Basquetebol Masculina”	9
Acordo de parceria entre o ENV-Espaço Nova Vida, Associação de Solidariedade Social e o Município de Odivelas	9
Proposta de projeto de <i>Regulamento do Programa de Apoio Associativo de Pais e Encarregados de Educação</i> (PAAPEE)	14
Remoção da via pública de viaturas que se encontravam estacionadas nas circunstâncias dos artigos 5.º e 6.º do <i>Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e /ou Indevidamente na Via Pública</i>	14
Aceitação da doação ao Município de Odivelas de equipamentos de proteção individual no âmbito do combate à pandemia do COVID-19	15
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 173, inserido no Bairro da Milharada, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	15
Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 694, inserido no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	16
<b>UNIDADES ORGÂNICAS</b>	
Despachos	16
Avisos	21
Decisões com Eficácia Externa	24
Republicação do <i>Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos</i>	40

**ANEXOS**

Página

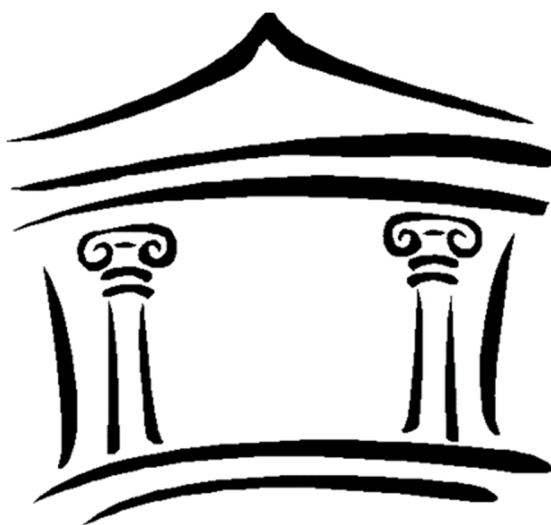
41

*Regulamento Interno da Piscina Municipal de Odivelas*

*Consulta Pública da Proposta de Regulamento do Programa de Apoio Associativo de Pais e Encarregados de Educação (PAAPEE)*

*Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos*

# CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





## CÂMARA MUNICIPAL

### 20.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 14 de outubro de 2020

#### DELIBERAÇÕES

#### ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL

##### 4.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA 2020 18.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL

Proposta da 18.ª Alteração Orçamental ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023, 4.ª Alteração Orçamental Modificativa 2020. A 4.ª Alteração Modificativa de 2020 é efetuada com os seguintes objetivos: inscrição de novas rubricas e de novos projetos; ajustamentos nas dotações dos projetos e ações atualmente existentes; atualização dos valores a receber no âmbito dos Projetos Comparticipados; inscrição do valor a receber no âmbito do Protocolo com a Infraestruturas de Portugal, de acordo com a informação n.º Interno/2020/7669, de 2020.10.09, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e por força da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal

**(Aprovado por maioria)**

#### RECURSOS HUMANOS

##### PROCEDIMENTOS INTERNOS DE SELEÇÃO PARA MUDANÇA DE NÍVEL NA CARREIRA DE INFORMÁTICA

Procedimentos internos de seleção para mudança de nível na Carreira de Informática dos trabalhadores da Câmara Municipal de Odivelas

que integram a carreira de informática e que reúnam as condições necessárias para efeitos de mudança de nível, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, de acordo com a informação n.º Interno/2020/7511, de 2020.10.06.

**(Aprovado por unanimidade)**

##### RECURSO À RESERVA DE RECRUTAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE SETE POSTOS DE TRABALHO NA CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL RATIFICAÇÃO

Ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas de autorização para a contratação, com recurso à reserva de recrutamento, para sete postos de trabalho, na categoria de Assistente Operacional, no âmbito do Pessoal Não Docente, Portaria n.º 586-A/2020, de 28 de setembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, de acordo com a informação n.º Interno/2020/7581, de 2020.10.07.

**(Aprovado por unanimidade)**

#### SIMAR DE LOURES E ODIVELAS

##### REQUALIFICAÇÃO DA AV. D. DINIS EM ODIVELAS E REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A ODIVELAS - FASE 1B (AGRUPAMENTO MUNICÍPIO DE ODIVELAS E SIMAR LOURES E ODIVELAS) RATIFICAÇÃO

Ratificação da deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR), tomada na sua 68.ª reunião ordinária, realizada em 7 de agosto de 2020, referente a adjudicação relativa a trabalhos complementares da empreitada “Requalificação da Av. D. Dinis em Odivelas e remodelação da rede de abastecimento de água a Odivelas – fase 1B”, desenvolvido em Agrupamento de entidades adjudicantes (Município de Odivelas e SIMAR Loures e Odivelas), à empresa Luís Frazão – Construção Civil e Obras Públicas, S.A., com o valor de € 53.678,17 (cinquenta e três mil, seiscentos e setenta e oito euros e dezassete cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, valor da responsabilidade do Município de Odivelas, deliberação tomada pela Câmara Municipal de Odivelas na 11.ª reunião ordinária, realizada em 15

de junho de 2020, (ver *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões* n.º 13 de 2020, página 8).

Ratificação da respetiva minuta de contrato Adicional, deliberação tomada pela Câmara Municipal de Odivelas na 13.ª reunião ordinária, realizada em 8 de julho de 2020, minuta publicada no *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões* n.º 13 de 2020, página 7, ao abrigo do n.º 2 do artigo 370.º, n.º 3 do artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, conjugados com os n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e conforme artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, que estabelece o regime de realização de despesas públicas e da contratação pública, e alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das autarquias locais, de acordo com a informação n.º Interno/2020/7599, de 2020.10.07.

**(Aprovado por unanimidade)**

## MOBILIDADE URBANA

### ESTRATÉGIA PARA A MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL - PLANO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES DE ODIVELAS

Estratégia para a Mobilidade Urbana Sustentável / Plano de Mobilidade e Transportes de Odivelas. Com o Plano de Mobilidade e Transportes de Odivelas o Município de Odivelas pretende dispor de um instrumento que potencie a implementação de um sistema integrado de mobilidade, com soluções que viabilizem a adoção de políticas de gestão de mobilidade sustentáveis, bem como encontrar soluções sustentadas de mobilidade para resolução dos problemas relacionados com o tráfego automóvel, estacionamento e transportes coletivos, contudo não ignorando as questões relacionadas com a promoção dos modos suaves, nomeadamente a circulação pedonal e ciclável, que viabilizem a adoção de políticas de gestão da mobilidade mais amigas do ambiente, de acordo com a informação n.º Interno/2020/7075, de 2020.10.06.

• São objetivos gerais do Plano de Mobilidade do Município de Odivelas:

Alterar a repartição modal nas deslocações a favor dos transportes públicos e dos meios suaves,

(pedonal e ciclável), melhorando as condições de mobilidade das populações;

Aumentar a qualidade da mobilidade e do ambiente urbano, aumentando as sinergias que possam resultar da complementaridade entre os diversos modos de deslocação;

Melhorar o funcionamento da rede de transporte coletivo urbano com a reestruturação da rede para uma boa cobertura territorial e temporal;

Aumentar a segurança, o conforto e a qualidade dos espaços prioritários ao peão e à bicicleta e limitar as condições de uso do automóvel nos centros urbanos mais sensíveis;

Executar políticas diferenciadas de estacionamento tendo em conta as necessidades específicas dos residentes, dos empregados, dos visitantes, dos pendulares e dos operadores de logística urbana;

Reduzir os volumes de tráfego motorizado;

Reduzir a necessidade de transporte e reduzir a relação entre o crescimento económico e crescimento em termos de transporte;

Reduzir impactes ambientais, dando resposta aos diferentes requisitos ambientais impostos;

Reduzir o tráfego relacionado com as emissões de gases com efeito de estufa e consumo energético;

Melhorar o desempenho ambiental do sistema de transportes, procurando o equilíbrio entre o transporte eficiente de pessoas e bens e os respetivos custos, e o impacto ambiental reduzido;

Reduzir o impacto negativo sobre a saúde dos cidadãos e privilegiar modos de transporte saudáveis;

Melhorar a acessibilidade oferecida pelo sistema de transportes a todos os cidadãos;

Melhorar a qualidade de vida;

Melhorar a integração do planeamento de transportes com outros instrumentos de planeamento;

Enquadrar o Plano de Mobilidade de acordo com as orientações estratégicas gerais definidas no Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável da Área Metropolitana de Lisboa;

Melhorar o desempenho ambiental do sistema de transportes, integrando o Plano de Mobilidade com o plano de Mobilidade Elétrica a desenvolver

no âmbito da Rede Nacional da Mobilidade Elétrica.

- Partindo das premissas estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável/PEDU de Odivelas, os objetivos específicos definidos para o domínio da mobilidade, são:

Promover a mobilidade, em particular os modos suaves de transporte, em toda a área de intervenção e a otimização da rede de transportes públicos coletivos, enquadrada nas políticas de economia de baixo carbono;

Reestruturar o quadro das acessibilidades, num quadro de mobilidade inclusiva, bem como a reestruturação de corredores urbanos de elevada procura;

Aposta na melhoria de uma rede de interfaces e no reforço da integração multimodal;

Ações de redução de GEE/Áreas de circulação seletiva.

**(Aprovado por maioria)**

#### PISCINA MUNICIPAL DE ODIVELAS

##### **REGULAMENTO INTERNO DA PISCINA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

*Regulamento Interno da Piscina Municipal de Odivelas.* O presente Regulamento estabelece as normas e condições de funcionamento e frequência da Piscina Municipal de Odivelas, e aplica-se a qualquer pessoa que tenha acesso às instalações da Piscina de Odivelas, conforme o disposto na alínea f), n.º 2, do artigo 23.º, e alínea k), n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que institui o Regime Jurídico das Autarquias Locais, de acordo com a informação n.º Interno/2020/7256, de 2020.10.07.

O *Regulamento Interno da Piscina Municipal de Odivelas* entra em vigor no dia seguinte à sua publicação, no *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões*, nos termos do artigo 26.º do referido regulamento. De acordo com o artigo 25.º com a entrada em vigor do presente Regulamento é revogado o Regulamento anterior (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 21 de 2015*).

[*Regulamento Interno da Piscina Municipal de Odivelas* publicado em anexo no final do presente boletim.]

**(Aprovado por maioria)**

#### "FINAL-FOUR DA TAÇA DE PORTUGAL DE BASQUETEBOL MASCULINA"

##### **APROVAÇÃO DE NOVO VALOR DO SERVIÇO DA POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA RATIFICAÇÃO**

Ratificação do despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas de autorização da despesa no valor de € 1.398,64 (mil, trezentos e noventa e oito euros e sessenta e quatro centavos), não sujeito a IVA, referente ao valor excedente relativo à presença da Polícia de Segurança Pública na "Final-Four da Taça de Portugal de Basquetebol Masculina", que se realizou nos dias 7 e 8 de outubro de 2020, no Pavilhão Multiusos de Odivelas, tendo em conta que o valor estimado de € 950,00 (novecentos e cinquenta euros) aprovado na 19.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada no dia 30 de setembro de 2020, não é suficiente, de acordo com a informação n.º Interno/2020/7545, de 2020.10.07.

**(Aprovado por unanimidade)**

#### ACORDO DE PARCERIA

##### **ACORDO DE PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL ENV - ESPAÇO NOVA VIDA**

Acordo de parceria entre o ENV-Espaço Nova Vida, Associação de Solidariedade Social e o Município de Odivelas no âmbito do Projeto Cofinanciado ONIS\_Boleia para a Interculturalidade. Através do presente acordo de parceria as partes estabelecem os termos em que se desenvolve a execução do Projeto "ÓNIS\_Boleia para a Interculturalidade", mais precisamente, duas das medidas de ação: aumento dos atendimentos específicos ao Imigrante e realização de ações de prática musical bem como, os termos em que o Município de Odivelas na qualidade de entidade beneficiária e titular do financiamento, procede à transferência das verbas cofinanciadas, ao Espaço Nova Vida (ENV), na qualidade de parceiro

financeiro, de acordo com o estabelecido na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos da informação n.º Interno/2020/7453, de 2020.10.02, e do acordo de parceria junto em anexo à informação.

“ACORDO DE PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO DE  
ODIVELAS E A IPSS  
«O ESPAÇO NOVA VIDA»

Considerando que:

O Município de Odivelas encontra-se fortemente empenhado em promover a inclusão social de todas as pessoas, nacionais e estrangeiras, afirmando os direitos humanos como motor de cidadania e de construção de uma comunidade mais aberta, solidária e democrática;

Odivelas caracteriza-se por ser um território no qual a convivência intercultural, o multilinguismo e a diversidade étnica e religiosa são uma realidade efetiva, que se pretende aprofundar, o Município de Odivelas em parceria com a Instituição Particular de Solidariedade Social «O Espaço Nova Vida» apresentou uma candidatura ao Fundo para o Asilo, a Migração e Integração (FAMI);

Esta IPSS sediada no Concelho de Odivelas tem por missão estatutária contribuir para a melhoria da qualidade de vida de pessoas em situação ou risco de solidão e isolamento social, facilitando a sua participação em atividades sociais e cívicas e criando redes de suporte na comunidade, ao longo das várias etapas da vida, desenvolvendo um relevante trabalho junto das comunidades migrantes, constituiu-se como parceira financeira na candidatura;

Esta candidatura tem enquadramento no Objetivo Específico 2 – “Integração e Migração Legal” e do Objetivo Nacional 2 “Integração” do FAMI, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) abriu a candidatura ao aviso n.º 65/FAMI/2019, destinado a apoiar a “Conceção e a Implementação dos Planos Municipais para a Integração de Migrantes” (componente 1) e, na fase da intervenção (componente 2), o desenvolvimento de atividades (medidas de ação) que visem a integração de Nacionais de Países Terceiros;

Foi candidatado o Projeto «ÓNIS - Boleia para a Interculturalidade» que visa a elaboração e implementação do Plano Municipal para a Integração dos Migrantes em Odivelas, constituído por duas fases: a de diagnóstico e a de intervenção, num cômputo de 3 anos (2019-2022), tendo sido objeto de aprovação financeira e técnica;

A IPSS «O Espaço Nova Vida» é parceira financeira na candidatura, desenvolvendo duas das ações das componentes do projeto (aumento dos atendimentos específicos ao Imigrante e realização de ações de prática musical) e que o Município de Odivelas é a entidade beneficiária e titular do financiamento, importa estabelecer as responsabilidades das Partes, de forma a garantir o rigoroso cumprimento das regras do cofinanciamento comunitário, com especial enfoque na necessidade de assegurar: a boa gestão e a transparência na utilização dos dinheiros públicos; a monitorização do projeto; a avaliação de impacto/resultados e a transparente e eficiente prestação de contas.

Assim, considerando a decisão favorável de financiamento do Projeto “ÓNIS\_Boleia para a Interculturalidade” emitida pelo FAMI – Autoridade Delegada - em 06/09/2019,

ENTRE:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS (MO), com sede nos Paços do Concelho, Rua Guilherme Gomes Fernandes, Quinta da Memória, em Odivelas, Pessoa Coletiva n.º 504 293 125, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Hugo Manuel dos Santos Martins adiante designado por PRIMEIRO OUTORGANTE

E

O Espaço Nova Vida (ENV), Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua Soldado Joaquim Manuel Lagarto, no Bairro do Girassol, freguesia da Ramada, em Odivelas, Pessoa Coletiva n.º 510 567 959, neste ato representado pelo Presidente Luís Miguel Maria Gonçalves adiante designado por SEGUNDO OUTORGANTE.

É celebrado de livre vontade e de boa-fé, o presente Acordo de Parceria que as Partes aceitam e reciprocamente, se obrigam a cumprir e a fazer cumprir.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Através do presente Acordo de Parceria as Partes estabelecem os termos em que se desenvolve a execução do Projeto “ÓNIS\_Boleia para a Interculturalidade”, mais precisamente, duas das medidas de ação: aumento dos atendimentos específicos ao Imigrante e realização de ações de prática musical bem como, os termos em que o PRIMEIRO OUTORGANTE, na qualidade de entidade beneficiária e titular do financiamento, procede à transferência das verbas cofinanciadas, ao SEGUNDO OUTORGANTE, na qualidade de parceiro financeiro.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

1. O Projeto “ÓNIS\_Boleia para a Interculturalidade”, desenvolve-se em duas fases, correspondendo a primeira à conceção do Plano Municipal para Integração dos Migrantes de Odivelas [2020-2022] e a segunda à fase de implementação do Plano, no quadro do qual se desenvolvem as medidas de ação.

2. As medidas de ação a desenvolver pelo SEGUNDO OUTORGANTE, no âmbito da componente do projeto: aumento dos atendimentos específicos ao Imigrante e realização de ações de prática musical, têm enquadramento no Plano Municipal para Integração dos Migrantes de Odivelas [2020-2022] e decorrem entre setembro de 2020 e outubro de 2022.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

1. Constituem obrigações comuns das Partes, designadamente:

a) Respeitar o conjunto de regras de aplicação da marca referente à identidade visual do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), de forma a garantir a sua correta utilização nos mais diversos suportes de comunicação, de acordo com o Manual de normas do FAMI e Logótipos do FAMI disponíveis para consulta em <https://www.acm.gov.pt/-/fundo-para-o-asilo-a-migracao-e-a-integracao-fami->.

b) Cumprir o estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Dados - RGPD (Regulamento EU n.º 2016/679 – Conselho Europeu), na Orientação Técnica n.º 4/2017, da Direção de Serviços para a Gestão dos Fundos Comunitários, da Secretária-geral do Ministério da Administração Interna, sem prejuízo de outros normativos aplicáveis.

#### CLÁUSULA QUARTA

1. O PRIMEIRO OUTORGANTE compromete-se a:

a) Transferir a verba cofinanciada ao SEGUNDO OUTORGANTE, correspondente ao financiamento das duas medidas de ação do projeto, que compete ao último desenvolver;

b) Definir indicadores, monitorizar e garantir a realização da avaliação da execução do projeto pelo SEGUNDO OUTORGANTE tendo em conta designadamente, os indicadores estabelecidos nos Anexos I e II do presente acordo e que dele fazem parte integrante;

c) Sem prejuízo de outras obrigações previstas nas normas relativas ao financiamento no âmbito do FAMI;

i) Assegurar a articulação necessária com a Autoridade Responsável/Autoridade Delegada;

ii) Elaborar o Dossier técnico-financeiro do projeto;

iii) Organizar um processo contabilístico da operação, em conformidade com o estabelecido na Portaria n.º 407/2015 de 24 de novembro.

d) Prestar toda a colaboração ao SEGUNDO OUTORGANTE que se demonstre necessária ao integral cumprimento dos termos da candidatura aprovada;

e) A observar e cumprir com todas as orientações emitidas pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI).

#### CLÁUSULA QUINTA

2. O SEGUNDO OUTORGANTE compromete-se a:

a) Implementar e executar as medidas de ação previstas no Anexo II;

b) Cumprir os indicadores de resultado e as metas definidas nos Anexos I e II;

c) Assumir a coordenação técnico/administrativa da execução das medidas de ação;

d) Cumprir com as normas nacionais e comunitárias em vigor, aplicáveis à execução das medidas de ação da sua responsabilidade;

e) Respeitar e cumprir as orientações emitidas pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI);

f) Aplicar as verbas cofinanciadas aos estritos fins para os quais foram atribuídas, não podendo ser assacadas quaisquer responsabilidades ao PRIMEIRO OUTORGANTE pelo eventual uso indevido das mesmas;

g) Criar um centro de custos específico para a execução da verba cofinanciada que constitui o apoio financeiro à execução das medidas de ação da sua responsabilidade;

h) Remeter mensalmente ao PRIMEIRO OUTORGANTE os comprovativos das despesas realizadas com a execução das medidas de ação e respetivos documentos de quitação;

i) Apresentar relatórios trimestrais de monitorização da execução das medidas de ação de acordo com os indicadores de resultado indicados no Anexo I;

j) Organizar e manter um dossier com todos os documentos suscetíveis de comprovar as

informações e declarações prestadas, bem como os comprovativos de participação dos Nacionais de Países Terceiros, registo de horários, de presenças e de despesas efetuadas, conforme estabelecido no Anexo I;

k) Permitir o acesso ao local da realização da operação, bem como a consulta aos documentos que se demonstrem necessários ao acompanhamento e verificação da aplicação das verbas cofinanciadas pelo PRIMEIRO OUTORGANTE;

l) Colaborar com o PRIMEIRO OUTORGANTE em tudo o que demonstre necessário para dar cumprimento às solicitações do FAMI, dentro dos prazos para o efeito estipulados;

m) Comunicar de imediato, por qualquer meio escrito, à Divisão de Projetos Educativos, Igualdade e Cidadania – Setor da Igualdade e Cidadania, da Câmara Municipal de Odivelas qualquer circunstância suscetível de colocar em causa o regular desenvolvimento das medidas de ação;

n) Disponibilizar informação complementar ao PRIMEIRO OUTORGANTE designadamente, a relacionada com as medidas de ação definidas e integradas no Projeto “ÓNIS\_Boleia para a Interculturalidade”.

#### CLÁUSULA SEXTA

1. Na qualidade de entidade beneficiária e titular do financiamento do projeto “ÓNIS\_Boleia para a Interculturalidade”, o PRIMEIRO OUTORGANTE compromete-se a transferir para o SEGUNDO OUTORGANTE, o montante global máximo de € 74.458,04 (setenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e oito euros e quatro centimos), a fim de este desenvolver as medidas de ação previstas no Anexo II.

2. A verba será transferida de acordo com a previsão anual estabelecida no Anexo II, em 5 (cinco) tranches, nos termos seguintes:

a) A 1.º tranche no montante máximo de € 26. 989, 93 (vinte seis mil novecentos e oitenta e nove euros e noventa e três centimos) no final do 2.º semestre de 2020;

b) A 2.º tranche no montante máximo de € 14. 989, 93 (catorze mil novecentos e oitenta e nove euros e noventa e três centimos) no final do 1.º semestre de 2021;

c) A 3.º tranche no montante máximo de € 14. 989, 93 (catorze mil novecentos e oitenta e nove euros e noventa e três centimos) no final do 2.º semestre de 2021;

d) A 4.º tranche no montante máximo de € 13. 000,00 (treze mil euros) no final do 1.º semestre de 2022;

e) A ultima tranche no montante máximo de € 4. 488, 25 (quatro mil quatrocentos e oitenta e oito euros e vinte cinco centimos) até ao final do último trimestre de 2022, após a conclusão do projeto.

3. O PRIMEIRO OUTORGANTE procede à transferência da primeira tranche no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a data da assinatura do presente Acordo.

4. As restantes tranches a realizar pelo PRIMEIRO OUTORGANTE dependem da apresentação prévia pelo SEGUNDO OUTORGANTE do relatório de execução física e financeira da execução das medidas de ação, que demonstrem de forma inequívoca a despesa efetivamente realizada, face ao cumprimento dos indicadores de resultado do ano civil em causa.

5. A transferência de verba respeitante à 5.ª e última tranche é realizada após a apresentação pelo SEGUNDO OUTORGANTE do relatório final de execução física e financeira das medidas de ação, que deve conter os dados acumulados e respetivos documentos que atestem o cumprimento dos indicadores de resultado referentes à duração global de execução do projeto.

6. Apenas serão transferidas verbas que correspondam ao montante previsto da despesa a realizar, previamente acordada entre os dois OUTORGANTES e constantes da previsão estabelecida no Anexo II.

7. O PRIMEIRO OUTORGANTE não se responsabiliza por suportar custos eventualmente superiores aos previamente estabelecidos entre as Partes.

8. O valor das tranches indicado no número 2 da presente cláusula pode sofrer correções em função da efetiva execução física e financeira das medidas de ação a cargo do SEGUNDO OUTORGANTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

1. A falta de cumprimento de alguma ou algumas das obrigações assumidas neste Acordo por qualquer das Partes, constitui a outra no direito de o resolver, com ressalva das limitações contidas no texto deste Acordo que decorram diretamente das normas vigentes relativas ao cofinanciamento comunitário.

2. O PRIMEIRO OUTORGANTE poderá resolver o Acordo, designadamente:

a) Quando o SEGUNDO OUTORGANTE não aplique as verbas aos exatos fins para os quais elas foram transferidas;

b) Quando se verifiquem deficiências graves na execução das medidas de ação por parte do SEGUNDO OUTORGANTE, suscetíveis de colocar em causa os termos da candidatura aprovada pelo FAMI.

3. A resolução sob as formas e razões previstas nesta cláusula opera-se mediante comunicação escrita enviada à parte contrária através de qualquer meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados.

4. A resolução do Acordo origina o dever da parte faltosa de repor as verbas que eventualmente tenha indevidamente recebido.

5. Não podem ser impostas penalidades às Partes, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das obrigações estabelecidas a cargo de qualquer uma delas que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

6. Quaisquer alterações e convenções adicionais ou derogatórias do presente Acordo só serão válidas se declaradas e previamente acordadas por escrito e assinadas por ambas as Partes as quais ficarão a fazer parte integrante do presente Acordo.

7. As Partes comprometem-se a respeitar, recíproca e mutuamente as regras da boa fé, e obrigam-se a cumprir na íntegra o presente Acordo, aceitando-o nos exatos termos constantes das cláusulas expressas.

8. Em tudo o que não esteja expressamente estipulado no presente Acordo aplicar-se-á a legislação em vigor, designadamente a Portaria n.º 407/2015 de 24 de novembro e demais legislação referente aos fundos europeus.

#### CLÁUSULA OITAVA

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do Acordo, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Acordo.

#### CLÁUSULA NONA

O presente Acordo produz efeitos desde a data da sua assinatura e caduca decorridos 38 meses.

O presente Acordo foi feito em dois exemplares, que vão ser assinados pelos representantes das Partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Odivelas, \_\_\_\_\_ de 2020

Pelo PRIMEIRO OUTORGANTE,

\_\_\_\_\_  
(Hugo Martins)

Pelo SEGUNDO OUTORGANTE,

\_\_\_\_\_  
(Luís Gonçalves)

#### ANEXO I

##### INDICADORES DE RESULTADO

- Número de Nacionais de Países Terceiros (NPT) atendidos e respetivos dados de Identificação, conforme orientações do FAMI;
- Registo das horas de prática musical;
- Registo de presenças e dados de identificação dos NPT participantes na prática musical;
- Comprovativo da realização de eventos culturais públicos referentes ao 'projeto musical intercultural' (registo fotográfico e de participação);
- Comprovativos de despesa respeitantes aos apoios atribuídos, com apresentação de processos de contratação de recursos humanos, recibos de vencimento mensal, comprovativos mensais de transferência com movimento de dinheiro e de contribuições à Segurança Social e Autoridade Tributária;
- Comprovativos de processos de aquisição de equipamentos e materiais, como instrumentos musicais e/ou economato e, das respetivas faturas e liquidação de despesa.

**ANEXO II**

A verba cofinanciada a transferir pelo PRIMEIRO OUTORGANTE ao SEGUNDO OUTORGANTE, em função das medidas de ação a desenvolver em cada ano económico, é a seguinte:

Medida de ação do PMIM de Odivelas	2020	2021	2022	TOTAL	Metas
Resposta de aumento de atendimentos específicos ao Migrante (contratação de Recursos Humanos)	12 148,33 €	24 296,66 €	14 173,05 €	50 618,04 €	500 atendimentos por cada 12 meses;
Resposta de aumento de atendimentos específicos ao Migrante (economato)	480,00 €	960,00 €	560,00 €	2 000,00 €	160 horas de trabalho por mês.
Projeto Musical Intercultural (aquisição de instrumentos musicais)*	12.00,00 €	-	-	12.00,00 €	Aquisição de 20 instrumentos musicais;
Projeto Musical intercultural (contratação de Recursos Humanos)	2 361,60 €	4 723,20 €	2 755,20 €	9 840,00 €	460 horas de prática musical envolvendo de 20 NPT.
<b>TOTAL</b>	<b>26 989,93 €</b>	<b>29 979,86 €</b>	<b>17 488,25 €</b>	<b>74 458,04 €</b>	

\* A rubrica de investimento é indexada à taxa de amortização (12,5% de taxa anual) prevista na Portaria n.º 671/2000 (2.ª série).

quadro de apoio à atividade desenvolvida pelas associações de pais e encarregados de educação, das escolas públicas do concelho de Odivelas, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 372/1990, de 27 de novembro, alterado e republicado pela Lei n.º 29/2006 de 4 de julho e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea g) do artigo 25.º, da alínea K e da alínea o) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos da informação n.º Interno/2020/7486, de 2020.10.06.

**(Aprovado por unanimidade)**

**VEÍCULOS ESTACIONADOS ABUSIVA E/OU INDEVIDAMENTE NA VIA PÚBLICA**
**AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS POR OCUPAÇÃO E DESTINO FINAL DOS MESMOS**

Ao abrigo do artigo 6.º n.º 1 al. a) do *Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e /ou Indevidamente na Via Pública*, na sequência de ação de fiscalização, foram removidos da via pública as viaturas, inscritas na listagem constante na informação n.º Interno/2020/7430, de 2020.10.02, que se encontravam estacionadas nas circunstâncias do artigo 5.º do citado regulamento.

Atendendo que as mesmas não foram reclamadas e que algumas foram declaradas abandonadas pelos respetivos proprietários, é proposto, de acordo com a metodologia aprovada e instituída pelo Executivo Municipal, na 4.ª reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 26 de fevereiro de 2014 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 5 de 2014*), a aquisição por ocupação das referidas viaturas, nos termos do n.º. 4, do artigo 10.º do *Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e /ou indevidamente na Via Pública*, e que seja ainda decidido o seu destino final, através da alienação para desmantelamento qualificado, pela empresa certificada e contratada para o efeito.

PROCESSO	MARCA/MODELO	MATRÍCULA
129/VIAT/OD/20	Mitsubishi L400	92-45-JJ
91/VIAT/OD/20	Opel Vectra	97-18-IU
90/VIAT/OD/20	Seat Terra	XL-39-52
89/VIAT/OD/20	Citroën C3	47-26-UI
84/VIAT/OD/20	Mercedes Benz	63-PS-25

**PROJETO DE REGULAMENTO**
**PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO ASSOCIATIVO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO**

Proposta de projeto de Regulamento do Programa de Apoio Associativo de Pais e Encarregados de Educação (PAAPEE), respetivos formulários de candidatura e modelos anexos, e que o mesmo seja posteriormente submetido a consulta pública. Numa perspetiva de cooperação e corresponsabilização o Município de Odivelas pretende estabelecer um

PROCESSO	MARCA/MODELO	MATRÍCULA
82/VIAT/OD/20	Nissan Sunny	66-33-FM
74/VIAT/OD/20	Volkswagen Polo	82-64-RO
52/VIAT/OD/20	Renault Kangoo	S/matricula
47/VIAT/OD/20	Fiat Paleo	16-34-NN
194/VIAT/OD/19	Seat Ibiza	29-OB-00
124/VIAT/OD/15	Seat Cordoba	11-38-LF
03/VIAT/PO/FA/20	Renault Megane	S/matricula
53/VIAT/OD/20	Volkswagen Golf	79-12-NN
105/VIAT/OD/20	Volkswagen Golf	97-04-GL
106/VIAT/OD/20	Fiat Punto	81-72-DP
38/VIAT/RA/CA/20	Fiat Punto	79-85-CC
63/VIAT/PO/FA/20	Renault Megane	00-34-RL
104/VIAT/OD/20	Mercedes Vito	31-44-NO
141/VIAT/OD/20	Opel Corsa	23-63-HT
41/VIAT/RA/CA/20	Seat Cordoba	23-60-PC
30/VIAT/RA/CA/20	Citroën Xsara	20-93-PA
26/VIAT/RA/CA/20	Renault Clio	23-81-BR
24/VIAT/RA/CA/20	Alfa Romeo	S/matricula
21/VIAT/RA/CA/20	Renault Clio	22-68-IQ
18/VIAT/RA/CA/20	Opel Astra	87-97-DO
35/VIAT/PV/OL/20	Citroën Xantia	78-28-EG
34/VIAT/PV/OL/20	Opel Corsa	01-38-DU
33/VIAT/PV/OL/20	Ford Escort	15-90-BS
32/VIAT/PV/OL/20	Renault Clio	65-85-ON
27/VIAT/PV/OL/20	Hyundai Accent	92-83-FU
52/VIAT/PO/FA/20	Opel Corsa	92-49-GZ
50/VIAT/PO/FA/20	Fiat Punto	73-68-JI
35/VIAT/PO/FA/20	Ford Ranger	95-LD-62
31/VIAT/PO/FA/20	Opel Astra	S/matricula
22/VIAT/PO/FA/20	Opel Vectra	26-27-UD
122/VIAT/PO/FA/19	Peugeot 206	27-32-TV
118/VIAT/PO/FA/19	Fiat Punto	87-98-EC
96/VIAT/OD/20	Volkswagen Polo	18-33-PH
93/VIAT/OD/20	BMW 525	48-66-LF
67/VIAT/OD/20	Renault Megane	20-47-GN
28/VIAT/RA/CA/20	Volkswagen Transporter	54-47-OD
49/VIAT/RA/CA/20	Opel Corsa	21-72-MB
71/VIAT/PO/FA/20	Volkswagen Polo	61-06-HV

**(Aprovado por unanimidade)**

## SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES

### DOAÇÃO AO MUNICÍPIO DE ODIVELAS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL NO ÂMBITO DO COMBATE À PANDEMIA DO COVID-19

Ratificação do despacho, do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, de autorização para aceitação da disponibilização, a título gratuito, de 1111 fatos descartáveis, 14630 luvas, 45634 máscaras cirúrgicas, 453 óculos de proteção, 582 viseiras e 1200 litros de solução antisséptica de base alcoólica, no valor total estimado de € 78.131,95 (setenta e oito mil, cento e trinta e um euros e noventa e cinco centésimos), no contexto da doação para os fins específicos do combate à pandemia do COVID-19, ao abrigo do artigo 164.º, n.ºs 1, 3 e 5 Código do Procedimento Administrativo, e da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, de acordo com a informação n.º Interno/2020/7470, de 2020.10.07.

**(Aprovado por unanimidade)**

## PROCESSOS PARTICULARES

### SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 03/2006 UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES BAIRRO DA MILHARADA

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 173, inserido no Bairro da Milharada, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, por depósito caução n.º 10470, de 2020.06.29, do Banco Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de € 366,22 (trezentos e sessenta e seis euros e vinte e dois centésimos), para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 3/2006, de 19 de setembro, ao abrigo do n.º 5 do artigo 27.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro na redação atual, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2020/67, de 2020.09.28.

**(Aprovado por unanimidade)**

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL  
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 04/2011  
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES  
BAIRRO DOS QUATRO**

Substituição de hipoteca legal, constituída sobre o lote 694, inserido no Bairro dos Quatro, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, por depósito caução n.º 011402, de 2020.09.17, do Banco Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de 7.305,83€ (sete mil trezentos e cinco euros e oitenta e três cêntimos), para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011, de 13 de setembro, ao abrigo do n.º 5 do artigo 27.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro na redação atual, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2020/68, de 2020.09.28.

**(Aprovado por unanimidade)**

**UNIDADES ORGÂNICAS**

**DESPACHOS**

**PRESIDÊNCIA**

**“DESPACHO N.º 35/PRES/2020**

Assunto: Congelamento de novos Cabimentos e Compromissos

Para assegurar o reforço do bom desempenho da execução orçamental é necessário manter o rigor e intensificarmos mecanismos de controlo da despesa.

Neste contexto e considerando que o Orçamento para 2021 se encontra em fase de finalização, e que existem compromissos que a serem assumidos ainda em 2020 podem ter impacto no orçamento de 2021, **determino o seguinte:**

1. Os serviços, não podem, a partir da data da produção de efeitos do presente despacho, assumir cabimentos e/ou compromissos, cujo pagamento se preveja ocorrer em 2021 e que não se encontrem previstos no orçamento de 2021, sem a análise prévia do Gabinete da Presidência e autorização do signatário para a respetiva cabimentação e compromisso.

2. Os serviços, não podem igualmente a partir da referida data, assumir cabimentos e/ou compromissos plurianuais que não se encontrem previstos no orçamento de 2021, sem a análise prévia do Gabinete da Presidência e autorização do signatário para a respetiva cabimentação e compromisso.

3. Os serviços apenas podem assumir cabimentos e compromissos previstos no orçamento de 2020 e cuja execução física e financeira ocorra em 2020, não carecendo estes de análise prévia do Gabinete da Presidência e autorização do signatário.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 19 de outubro de 2020.

Odivelas, 16 de outubro de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

**“DESPACHO N.º 36/PRES/2020**

Assunto: Definição da DECS/DE – Divisão de Educação, no conceito de serviço essencial. Transporte municipal para atividades escolares.

Considerando a avaliação realizada à atual situação da epidemiológica relativa ao COVID-19 no Concelho de Odivelas, pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento ao COVID-19 da Câmara Municipal de Odivelas, reunido no passado dia 7 de outubro de 2020, e das recomendações apresentadas, determino que a DECS/DE – Divisão de Educação, seja considerada uma Unidade Orgânica integrada no conceito de serviço essencial.

Que a cedência de transporte municipal para atividades escolares solicitada pelos Agrupamentos Escolares não está enquadrada no ponto 3 do Despacho n.º 31/PRES/2020, de 16 de setembro, sendo por isso autorizada desde que respeitadas as recomendações e diretrizes da DGS.

O presente Despacho entra em vigor na data da sua assinatura.

Odivelas, 16 de outubro de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

**“DESPACHO N.º 37/PRES/2020**

Assunto: Organização do trabalho na Câmara Municipal de Odivelas.

Considerando:

I. A evolução da pandemia da doença COVID-19 nas últimas semanas e com a declaração da situação de calamidade até ao próximo dia 31 de outubro de 2020, em todo o território nacional continental, impõe-se a adoção de um conjunto de medidas com vista ao combate e mitigação da pandemia, em linha com o normativo constante nas Resoluções do Conselho de Ministros nrs.º 87, 88 e 88-A/2020, de 14 de outubro;

II. As medidas previstas no presente Despacho visam garantir uma uniformização de procedimentos que promovam uma melhor organização e disciplina no funcionamento dos serviços municipais, respeitando os direitos de todos os trabalhadores, nomeadamente os que se incluem em grupos de risco ou que se encontrem em situação mais vulnerável;

III. As Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto foram definidas como áreas em que a situação epidemiológica justifica a adoção de medidas excecionais e transitórias de reorganização do trabalho, com vista à minimização de riscos de transmissão da infeção por SARS-CoV-2;

IV. As medidas recomendadas pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento do COVID-19 da Câmara Municipal de Odivelas, na sua reunião de 15 de outubro.

Determino que:

1. Os serviços municipais devam adotar escalas de rotatividade de trabalhadores entre o regime de teletrabalho e o trabalho presencial;

2. As escalas devem ser semanais e devem abranger equipas com 50% dos trabalhadores em cada unidade orgânica;

3. As escalas de rotatividade entre o regime de teletrabalho e o trabalho presencial poderão, em casos justificados, ser diárias;

4. A modalidade de teletrabalho impõe a fixação de objetivos semanais e/ou diários, devendo cada dirigente apresentar à DRHF no final do período um relatório sobre o cumprimento dos mesmos;

5. Nos casos onde o disposto nos números anteriores não for possível, podem os respetivos dirigentes submeter uma proposta, devidamente fundamentada, ao Sr. Presidente da Câmara, com vista à adoção de desfazamento de horários, das 08h:00m às 13h:00m e das 13h:30m às 18h:30m, para que as equipas possam trabalhar em espelho;

6. Os dirigentes municipais devem indicar à DRHF, até ao próximo dia 23 de outubro, quais os trabalhadores abrangidos pelas escalas de rotatividade supra indicadas;

7. Adotar a obrigatoriedade do uso de máscara e/ou viseira nas instalações municipais;

8. Suspensão de mobilidades de trabalhadores entre unidades orgânicas, exceto se as mesmas forem de interesse municipal;

9. Por conveniência de serviço podem os trabalhadores de determinadas unidades orgânicas serem afetos a outros serviços municipais;

10. Que todas as determinações/medidas previstas em despachos anteriores neste domínio se mantenham em vigor, salvo as que tenham sido

revogadas ou contrariem o disposto no presente Despacho.

O presente Despacho produz efeitos à data de 26 de outubro.

Odivelas, 16 de outubro de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

**“DESPACHO N.º 38/PRES/2020**

Assunto: Designação, em comissão de serviço, do Dr. Luís Miguel Soares Silveiro, no cargo de Coordenador do Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo, nível equiparado a Chefe de Divisão

Com vista ao provimento, em Comissão de Serviço, do cargo de Coordenador do Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo, nível equiparado a Chefe de Divisão, foi aberto procedimento concursal através do Aviso n.º3725/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 44, de 3 de março de 2020, na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta n.º OE202003/0108;

Cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal, considerou o Júri do concurso pronunciar-se favoravelmente sobre o candidato, Luís Miguel Soares Silveiro, dado que reúne os requisitos obrigatórios e anunciados e revelou uma classificação adequada para o exercício do cargo de Coordenador do Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo, nível equiparado a Chefe de Divisão, conforme síntese curricular em anexo, recaindo sobre ele a sua escolha, nos termos e com os fundamentos constantes da proposta de designação que faz parte integrante do presente despacho;

Neste sentido, nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual e adaptada à Administração Local por efeito da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, DESIGNO, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, **no cargo de Coordenador do Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo**, nível equiparado a Chefe de Divisão, o Técnico Superior do mapa de pessoal do Instituto Superior Técnico, **Luís Miguel Soares Silveiro**.

A presente designação produz efeitos à data do presente despacho.

Odivelas, 20 de Outubro de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

**Nota Curricular**

**I – Identificação**

Nome: Luís Miguel Soares Silveiro

Nacionalidade: Portuguesa

Data de nascimento: 16 de setembro de 1973

**II – Habilitações Académicas e Profissionais:**

Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas – Universidade Autónoma de Lisboa - (1997).

**III – Experiência Profissional:**

Na Câmara Municipal de Odivelas:

Desde 13 de março de 2019 - Coordenador do Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo, nível equiparado a Chefe de Divisão.

1 de janeiro de 2018 - Início de funções na CMO - Coordenador do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa (GCMA);

**IV - Formação Profissional**

Formação em áreas diversas, com relevância para a área do Concurso.”

**“DESPACHO N.º 39/PRES/2020**

Assunto: Designação, em comissão de serviço, da Dra. Alexandra Manuela Medeiros Afonso, no cargo de Coordenadora do Serviço de Veterinária Municipal, nível equiparado a Chefe de Divisão.

Com vista ao provimento, em Comissão de Serviço, do cargo de Coordenadora do Serviço de Veterinária Municipal, nível equiparado a Chefe de Divisão, foi aberto procedimento concursal através do Aviso n.º3725/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 44, de 3 de março de 2020, na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta n.º OE202003/0109;

Cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal, considerou o Júri do

concurso pronunciar-se favoravelmente sobre a candidata, Alexandra Manuela Medeiros Afonso, dado que reúne os requisitos obrigatórios e anunciados e revelou uma classificação adequada para o exercício do cargo de Coordenadora do Serviço de Veterinária Municipal, nível equiparado a Chefe de Divisão, conforme síntese curricular em anexo, recaindo sobre ele a sua escolha, nos termos e com os fundamentos constantes da proposta de designação que faz parte integrante do presente despacho;

Neste sentido, nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual e adaptada à Administração Local por efeito da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, DESIGNO, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, no cargo de Coordenadora do Serviço de Veterinária Municipal, nível equiparado a Chefe de Divisão, a Técnica Superior do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, **Alexandra Manuela Medeiros Afonso**.

A presente designação produz efeitos à data do presente despacho.

Odivelas, 20 de outubro de 2020.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

### **Nota Curricular**

#### **I – Identificação**

Nome: Alexandra Manuela Medeiros Afonso

Nacionalidade: Portuguesa

Data de nascimento: 3 de dezembro de 1968

#### **II – Habilitações Académicas e Profissionais:**

Licenciatura em Direito – Universidade Internacional de Lisboa - (1996).

Pós-Graduação em Gestão da Qualidade dos Serviços Municipais e Freguesias – Instituto Superior de Educação e Ciências;

Pós-Graduação em Direito do Consumo – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

#### **III – Experiência Profissional:**

Na Câmara Municipal de Odivelas:

Desde 1 de janeiro de 2019 - Coordenadora do Serviço de Veterinária Municipal, nível equiparado a Chefe de Divisão.

De 2016/2018 – Técnica Superior na Divisão de Recursos Humanos e Formação;

De 2013/2016 – Coordenadora do Setor de Higiene Urbana;

De 2011/2012 – Chefe da Divisão de Prevenção Higié - Sanitária;

De 2004 a 2006 – Coordenadora do Serviço Municipal de Informação ao Consumidor;

Início de funções – 22 de maio de 2000.

#### **IV - Formação Profissional**

Formação em áreas diversas, nomeadamente Comportamento Animal, Gestão Ambiental, Regime Jurídico das Autarquias Locais, CPA e Proteção de Dados."

### **OUTROS DESPACHOS**

#### **"DESPACHO N.º 14/DGOU/2020**

Assunto: Delegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito da Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, delego na Técnico Superior, Arq **Rita de Sousa Ribeiro Diogo**., no período de 14 a 23 de outubro de 2020, por ausência (férias) da respetiva Chefe de Divisão, a assinatura da correspondência e expediente, necessários à instrução dos processos no âmbito da **Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana**.

Odivelas, 12 de outubro de 2020

O Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico

No uso da competência que me foi subdelegada pelo Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira, através do Despacho n.º 4/VPCT/2018, de 1 de outubro

António de Sousa, Arq.º

**“DESPACHO N.º 15/DGOU/2020**

Assunto: Delegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito da Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, delego na Técnico Superior, Arq **Mafalda Sousa dos Santos**, no período de 26 a 30 de outubro de 2020, por ausência (férias) da respetiva Chefe de Divisão, a assinatura da correspondência e expediente, necessários à instrução dos processos no âmbito da **Divisão de Reabilitação e Reconversão Urbana**.

Odivelas, 12 de outubro de 2020

O Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico  
No uso da competência que me foi subdelegada pelo  
Sr. Vereador Paulo César Prata Teixeira,  
através do Despacho n.º 4/VPCT/2018, de 1 de outubro

António de Sousa, Arq.º”

AVISOS

**“AVISO**

Alvará de Loteamento n.º 1/2000 – B.º Granjas Novas

**27.º ADITAMENTO**

Nos termos dos artigos 27.º e 74.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual, é emitido o 27.º aditamento ao Alvará de Loteamento n.º 1/2000 do Bairro Granjas Novas. -----

O presente Aditamento titula a alteração do lote 49, descrito na Conservatória do Registo Predial de Odivelas, sob o número 2657/20180917 da freguesia de Ramada, solicitada por Urbiramada - Gestão Imobiliária, S.A., portadora do número de contribuinte 505024713, e aprovada, através de deliberação da Câmara Municipal de Odivelas, na 14.ª reunião ordinária de 22 de julho de 2020. -----

**1. DESCRIÇÃO DAS ALTERAÇÕES -----**

As alterações à licença de loteamento consistem no aumento do pé-direito máximo estipulado no regulamento do loteamento e da cêrcea da edificação, e também, na alteração do polígono de implantação definido para a edificação, conforme projeto constante a fls. 8860 a 8866 do processo n.º 14102/LO/GI. -----

**2. PARÂMETROS URBANÍSTICOS -----**

**2.1. PARÂMETROS URBANÍSTICOS DO LOTE -----**

Não são alterados os parâmetros urbanísticos do lote objeto deste aditamento, vigorando para o lote 49 os definidos pelo 16.º aditamento. -----

**2.2. PARÂMETROS GLOBAIS DO LOTEAMENTO -----**

Não são alterados os parâmetros globais do loteamento, mantendo-se os definidos pelo 26.º aditamento. --

**3. OUTRAS CONDIÇÕES ALTERADAS**

As características do projeto constante a fls. 8860 a 8866 do processo n.º 14102/LO/GI prevalecem sobre as condições definidas no art.º 13.º e na alínea b) do n.º 4 do art.º 7.º do regulamento do loteamento. -----

A viabilidade de construção de pisos em cave no lote abrangido por esta alteração está condicionada ao cumprimento do disposto no art.º 100.º RMEU, devendo-se ter em atenção também o disposto no art.º 99.º relativamente aos desaterros necessários para o efeito. -----

Todas as restantes especificações constantes do aludido alvará de loteamento não sofrem qualquer alteração. -----

**4. CEDÊNCIAS AO DOMÍNIO PÚBLICO -----**

As alterações não aumentam as necessidades de cedências para espaços verdes, para equipamentos públicos. -----

**5. ESTACIONAMENTO -----**

No âmbito da edificação, deverão ser garantidos os lugares de estacionamento necessários de acordo com o definido no 16.º aditamento. -----

**6. ELEMENTOS ANEXOS AO PRESENTE ADITAMENTO -----**

• **Planta de Síntese do Loteamento** de 07-09-2020; -----

**7. TAXAS URBANÍSTICAS** -----

A taxa total pela emissão deste aditamento é de € 574,59 (quinhentos e setenta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos) e foi cobrada através da guia n.º 8824 de 10-09-2020. -----

Em tudo o que não ficar expressamente regulado no presente alvará, vigorará a legislação aplicável, designadamente o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação em vigor. -----

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação atual. -----

Registado na Câmara Municipal de Odivelas, no livro 4, em 29 de setembro de 2020. -----

Município de Odivelas, 29 de setembro de 2020. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)''

**“AVISO**

**Alvará de Loteamento n.º 75/1972 – Quinta Nova, Lote 21**

**Freguesia de Odivelas**

**5.º ADITAMENTO**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, ao abrigo do disposto nos artigos 27.º e n.º 2 do 78.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, (RJUE), fundamentando-se na deliberação tomada em sede da 12ª Reunião Ordinária de 24/06/2020, determina que se emita o presente aditamento ao Alvará de Licença de Loteamento n.º 75/1972. -----

As alterações foram aprovadas por deliberação da Câmara Municipal de Odivelas na sua 12ª Reunião Ordinária de 24/06/2020 e consistem nas seguintes alterações ao lote 21, de acordo com a planta síntese em anexo: -----

- Alteração do uso previsto de garagem para Atividades Económicas; -----
- Introdução do número máximo de 7 pisos quanto à relação volumétrica do edifício com os edifícios confinantes dos lotes 20, 22 e 22-A da Alameda do Poder Local e do número máximo de 8 pisos em relação à Rua Cândido dos Reis e a Rua Dr. Egas Moniz. -----
- As alterações propostas à licença de loteamento não alteram ou agravam os parâmetros urbanísticos aprovados para o loteamento original. -----

Trata-se de uma alteração simplificada nos termos do n.º 8 do artigo 27º do RJUE em vigor, cuja variação de valores referentes à área de construção, implantação e número de fogos é inferior a 3%. -----

Paços do Concelho, 01 de outubro de 2020 -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)''

**“AVISO**

Hugo Martins, Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, torna público que, de acordo com o Ponto 3.6 da deliberação da Câmara Municipal de Odivelas tomada em 14 de outubro de 2020, é submetido a consulta pública, a Proposta de Regulamento do Programa de Apoio Associativo de Pais e Encarregados de Educação (PAAPEE), nos termos do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, durante o prazo de 30 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, nos locais de estilo e no sítio institucional da Câmara Municipal de Odivelas em [www.cm-odivelas.pt](http://www.cm-odivelas.pt).

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período da consulta pública, por escrito, sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas relevantes no âmbito do presente procedimento, conforme estabelecido no n.º 2 do citado artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, entregues no Setor de Expediente e Apoio Logístico sito na Avenida Amália Rodrigues, n.º 27, Piso 0, Urbanização da Ribeirada 2675-432, remetidos através do fax 219 344 393, ou ainda através do e-mail [geral@cm-odivelas.pt](mailto:geral@cm-odivelas.pt).

Em todas as comunicações deve ser indicado o procedimento a que a mesma respeita, sob pena de rejeição liminar.

Odivelas, 21 de outubro de 2020,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)”

[**Nota:** a Proposta de *Regulamento do Programa de Apoio Associativo de Pais e Encarregados de Educação* (PAAPEE) encontra-se publicado em anexo no final do presente boletim]

## DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

### GESTÃO E ORDENAMENTO URBANÍSTICO

**Listagem dos despachos efetuados pelo Vereador da Câmara Municipal de Odivelas, Paulo César Teixeira, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 43/PRES/2018, de 28 de setembro, durante o mês de setembro de 2020, nos termos da informação n.º Interno/2020/7774 de 2020.10.13 (edoc/2020/59428):**

Processo n.º 270/2018/OP/GI  
Nome: Filipe André Lopes Lourenço  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Cidade de Tavira – Lote 35 – Pontinha  
Data de despacho: 01.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 230/2018/OP/GI  
Nome: Maria Eugénia Pereira Alves  
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade  
Local: Rua Cidade de Loures, Lote 413 – B.º Vale Grande – Pontinha  
Data de despacho: 01.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 278/2020/OP/GI  
Nome: António Manuel Diogo Pinto  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Hermínio Silva – Lote 653 – B.º dos Quatro – S. Sebastião Norte – Famões  
Data de despacho: 01.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado projeto de arquitetura

Processo n.º 280/2020/OP/GI  
Nome: Obridantas – Construções Lda.  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua da Liberdade – Lote 534 A – B.º Casal Novo – Caneças  
Data de despacho: 01.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 160/2020/OP/GI  
Nome: Leãoor – Pinturas Isolamentos Restauros e Construção Lda.  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Costa Pereira – Lote 689 – B.º São Sebastião – B.º Quatro – Famões  
Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 465/2019/OP/GI  
Nome: João Luís Simão Mateus  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua General Norton de matos – Lote 113 – Casal da Perdigueira – Odivelas  
Data de despacho: 01.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 539/2019/OP/GI  
Nome: Maria Emília Marques da Silva  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua dos Moinhos – Lote 24 – Bairro Porto Pinheiro – Odivelas  
Data de despacho: 01.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 49/2019/OP/GI  
Nome: João Filipe Lopes Torres  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Hermínia Silva, Lote 654 – B. S. Sebastião Norte – Famões  
Data de despacho: 01.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 152/2020/OP/GI  
Nome: Luís António Pereira  
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade  
Local: Rua Soares dos Reis – Lote 38 – B.º Encosta do Mourigo – Famões  
Data de despacho: 01.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 105/2020/OP/GI  
Nome: Maria Eugénia Pereira Cardoso  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua dos Artistas – Lote 1B – Caneças  
Data de despacho: 01.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 219/2019/OP/GI  
Nome: Jorge Miguel Mota Simões  
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade  
Local: Rua 10 de junho – Lote 1184 – Bairro Casal Novo – Famões  
Data de despacho: 01.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 145/2020/OP/GI  
Nome: Ângelo Miguel da Silva Fernandes Neves  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Travessa Araújo Pereira, lote 181, Bairro do Girassol, Ramada  
Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 86/2020/OP/GI

Nome: Rota Certa, Lda

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Padre António Vieira, lote 581, Bairro Casal dos Mochos, Famões

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 486/2018/OP/GI

Nome: Maria Leonor Gonçalves Saraiva

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua 5 de Outubro, lote 238, Vale Grande, Pontinha

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 208/2019/OP/GI

Nome: Homero dos Santos Prazeres

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Casal do Abadesso / Rua da Duquesa, lote 282, Caneças

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 97/2020/OP/GI

Nome: Manuel Aires Ferreira

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Cidade da Guarda, lote 556, Bairro Vale Grande, Pontinha

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 68/2020/OP/GI

Nome: Luis Filipe Valério Gaspar

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Cidade de Constância, lote 5, Bairro Casal S. Sebastião, Famões

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 277/2020/OP/GI

Nome: David José Mansos Carrilho

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Hermínia Silva, lote 652, Bairro dos Quatro, S. Sebastião Norte, Famões

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 2/2020/OP/GI

Nome: João Miguel Fernandes Marçal

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Almada Negreiros, lote 7, Bairro Flor do Minho, Caneças

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 318/2020/OP/GI

Nome: JFISU Consultim, Lda

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Ramalho Ortigão, lote 74, Bairro Casal Novo, Caneças

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 427/2017/OP/GI

Nome: António Nunes da Silva

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua da Associação, lote 161, Bairro Vale Pequeno, Pontinha

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/ Declaro a caducidade da licença administrativa

Processo n.º 418/2017/OP/GI

Nome: Marco André Guerra Pereira

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua dos Chãos Compridos, lote 15, Bairro Sol Nascente, Famões

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 176/2020/OP/GI

Nome: Sérgio Vaz Gomes

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Cidade de Rio Maior, lote 258, Bairro Casal S. Sebastião, Famões

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 319/2020/OP/GI

Nome: Fernando Diniz de Abreu

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua dos Moinhos, lote 43, Bairro Alto de Famões, Famões

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 314/2020/OP/GI

Nome: Manuel Marques

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua do Impasse, lote 72, Bairro Casal da Perdigueira, Pontinha

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 467/2017/OP/GI

Nome: Ivo Daniel Antunes Miranda

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua do Alto, lote 224, Casal do Bispo, Famões

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 374/2016/OP/GI

Nome: Agostinho Machado Pinto Meireles

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua do Alto, lote 225, Bairro Casal do Bispo, Famões

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 401/2019/OP/GI

Nome: Domingos António Nunes Lourinho

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua do Paço Real, lote 419, Bairro Casal Novo, Caneças

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 418/2019/OP/GI

Nome: Albino Vieira

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua das Camélias, n.º 26 e 26 A, Granja da Paradelas, Bairro Casal do Privilégio, Póvoa de Santo Adrião

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 231/2020/OP/GI

Nome: Rodrigo António Marinheiro Ferreira

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Bairro Trigache Norte, lote 103, Famões

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 583/2019/OP/GI

Nome: Paulo Cesar Costa Pinto Almeida

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Júlio Dinis, n.º 920, Famões

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 54/2020/OP/GI

Nome: João Paulo Correia Almeida

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua dos Eucaliptos, lote 18, Viv João Paulo, Famões

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 229/2020/OP/GI

Nome: Adelino Marques da Silva

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Fernão Lopes, lote 169, Bairro Alto de Famões, Famões

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 133/2020/OP/GI

Nome: BACKFOCUS – Entertainment Lda

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua de Belém, lote 109, Bairro Moinho do Baeta, Caneças

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 232/2020/OP/GI

Nome: Adelino Marques da Silva

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua João de Barros, lote 134, Bairro Alto de Famões, Famões

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 46/2020/OP/GI

Nome: Manuel Marçal

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua de Santo Estevão, lote 415, Bairro Casal da Silveira, Famões

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 53/2020/OP/GI

Nome: Manuel Joaquim Paixão Loupas

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Cidade de Leiria, lote 493, Pontinha

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 199/2020/OP/GI

Nome: José Manuel Costa e Silva

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua António Silva, lote 80, Bairro Girassol, Ramada

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 243/2020/OP/GI

Nome: Gilberto de Jesus Antunes

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua da Infância, lote 106, Bairro Castelo Poente, Ramada

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 267/2018/OP/GI

Nome: António Rodrigues André

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, lote 764, Bairro Casal da Silveira

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 298/2020/OP/GI

Nome: Sandra Maria Louro de Carvalho

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Travessa Pero Escobar, lote 94, Casal do Bispo, Pontinha

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 139/2020/OP/GI

Nome: Ricardo Jorge Gomes Maria

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua da Primavera, lote 40, Casal do Bispo, Pontinha

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 361/2017/OP/GI

Nome: Donzília Maria Gaspar da Costa Bernardino

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Povos de Alpiarça, lote 1, Bairro Quinta do Castelo Nascente, Ramada

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 131/2020/OP/GI

Nome: André Vivencio Rodrigues

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Cidade de Silves, lote 271, Bairro São Sebastião, Famões

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 336/2018/OP/GI

Nome: Luis Rafael Rodrigues

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Eugénio Salvador, lote 27, Bairro da Condessa, Pontinha

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 533/2017/OP/GI

Nome: Cesar Filipe Magalhães Mendes

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Santa Rita Pintor, lote 528, Bairro dos Quatro, Casal dos Mochos, Famões

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa especial de obras inacabadas

Processo n.º 225/2020/OP/GI

Nome: Carlos Manuel Vieira Simões

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua da Paz, lote A 251, Pedernais, Ramada

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 81/2018/OP/GI

Nome: Ana Cristina Roque da Costa Almeida Sita

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua 16 de Abril, lote 175, Bairro Sol Nascente, Famões

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 161/2020/OP/GI

Nome: José António Gonilho Carvalho

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua da Soalheira, lote 49, Bairro Tomada DA Amoreira, Ramada

Data de despacho: 01.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 63/2020/OP

Nome: Colinas do Cruzeiro – Empreendimentos Imobiliários, SA

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Antero de Quental, Parcela 3, Odivelas

Data de despacho: 08.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 201/2020/OP

Nome: Mélanie Pereira Oliveira Lopes

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Courela do Forno, lote 6, Ramada

Data de despacho: 14.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 151/2020/OP

Nome: Compreconcil – Compra de Prédios e Construção Civil. SA

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Quinta do Barruncho, lote 5, Granja da Paradelas, Odivelas

Data de despacho: 14.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 284/2019/OP/GI

Nome: José Coelho

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Isabel Aboim Inglês, lote 2, Bairro da Milharada, Pontinha

Data de despacho: 14.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Indeferida a licença administrativa

Processo n.º 201/2018/OP/GI

Nome: Nuno Miguel Dias dos Santos Galante

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua 16 de Abril, lote 158, Bairro Sol Nascente, Famões

Data de despacho: 14.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 570/2019/OP/GI

Nome: Rute Alexandra da Silva Simões

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Cidade de Lagos, lote 51,

Data de despacho: 16.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 571/2018/OP

Nome: Construções Araújo Fernandes Cardoso, Lda

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Padre Américo, lote 2, Casal da Caiada, Pedernais, Ramada

Data de despacho: 16.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 580/2019/OP

Nome: David Vieira Carrujo

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Praceta Courela do Forno, lote 4, Ramada

Data de despacho: 16.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 504/2018/OP

Nome: Sindicato dos Jogadores

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Campos do Odivelas – Complexo Desportivo, Odivelas

Data de despacho: 17.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 521/2019/OP/GI

Nome: Cristiano Jacinto de Castro Fernandes

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Camacho Costa, lote 661, Bairro dos Quatro, Odivelas

Data de despacho: 17.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 52/2020/OP/GI

Nome: Raquel Eliana Guilherme Alves

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Cidade Caldas da Rainha, lote 22, Bairro Casal S. Sebastião, Famões

Data de despacho: 17.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 521/2019/OP/GI

Nome: Cristiano Jacinto de Castro Fernandes

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Camacho Costa, Lote 661 – B. dos Quatro - Odivelas

Data de despacho: 17.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 52/2020/OP/GI

Nome: Raquel Eliana Guilherme Alves

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Cidade Caldas da Rainha, Lote 22 – B. Casal S. Sebastião – Famões

Data de despacho: 17.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 504/2018/OP

Nome: Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos

Local: Campos do Odivelas – Complexo Desportivo

Data de despacho: 17.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 86/2020/OP/GI

Nome: Rota Certa, Lda

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Rua Padre António Vieira, Lote 581 – B. Casal dos Mochos – Famões

Data de despacho: 21.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 276/2020/OP

Nome: António Estevão Antunes

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Almirante Gago Coutinho, n.º 98 – Ramada

Data de despacho: 22.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 244/2019/OP

Nome: Abdul Gafar, Imo. Unipessoal, Lda

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua de Macau, lote 9, Caneças

Data de despacho: 22.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 497/2017/OP

Nome: Pinto & Nascimento Pires – Construção Civil, Lda

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua C, lote H2, Loteamento da Arroja, Odivelas

Data de despacho: 24.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura e deferido o pedido de licenciamento

Processo n.º 315/2020/OP/GI

Nome: Maria Cristina Velez Boaventura

Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU

Local: Rua Poeta José Régio, lote 145, Casal do Bispo, Famões

Data de despacho: 24.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Aprovado o projeto de arquitetura

Processo n.º 280/2019/OP

Nome: Manuel João Lula Carrujo

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Praceta Courela do Forno, lote 5, Ramada

Data de despacho: 24.09.2020

Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença administrativa

Processo n.º 189/2020/OP

Nome: Compreconcil – Compra de Prédios e Construção Civil, SA

Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade

Local: Quinta do Barruncho, lote 3, Granja Paradela,  
Póvoa de Santo Adrião  
Data de despacho: 24.09.2020  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença  
administrativa

Processo n.º 455/2019/OP  
Nome: José Manuel Rafael Branco  
Assunto: Aprovação dos Projetos de Especialidade  
Local: Quinta do Porto Pinheiro, zona 9, lote 14, Odivelas  
Data de despacho: 24.09.2020  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a licença  
administrativa

Processo n.º 141/2020/OP  
Nome: Filipa da Conceição da Silva  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação,  
Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Casal da Barroca, Famões  
Data de despacho: 24.09.2020  
Teor do Despacho: Concorde/ Indeferida a licença  
administrativa

**Listagem dos despachos emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, referente a Autorizações de Utilização, Comunicações Prévias e Rejeições Liminares, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 4/VPCT/2018, de 1 de outubro, durante o mês de setembro de 2020, nos termos da informação n.º Interno/2020/7780 de 2020.10.13 (edoc/2020/59486):**

Processo n.º 308/2016/OP  
Nome: Luís José Joyce Fernandes Pereira  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua Almirante Gago Coutinho, n.º 50 – 50ª – Ramada  
Data de despacho: 01.09.2020  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 326/2018/OP/GI  
Nome: Guilherme de Jesus Alberto  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Cidade de São João da Madeira, Lote 185 – B.º Casal S. Sebastião – Famões  
Data de despacho: 01.09.2020  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 270/2015/OP/GI  
Nome: Eduardo Quelha Costeira  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua dos Bons Amigos, Lote 350 – Bairro Casal do Bispo – Famões  
Data de despacho: 01.09.2020  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 92/2020/OP  
Nome: Ana Margarida Moreira Dias  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Bons Dias – Ramada  
Data de despacho: 07.09.2020  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @4/2018  
Nome: Aníbal Mendes de Bastos  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Camilo Castelo Branco, Lote 150 B – Trigache Norte – Famões  
Data de despacho: 07.09.2020  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 361/2018/OP/GI  
Nome: Marta Vanessa Duarte Silva  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua 19 de junho, lote 81 – B. Sol Nascente – Famões  
Data de despacho: 07.09.2020  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @36/2019  
Nome: Dalila Maria de Jesus Ribeiro  
Assunto: Autorização de utilização  
Local: Rua Henrique Galvão, Lote 890 – Bairro Casal Novo – Famões  
Data de despacho: 07.09.2020  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 368/2016/OP/GI  
Nome: Pedro Miguel Agoga Teles  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Machado de Castro – Lote 500 – Casal da Silveira – Famões  
Data de despacho: 07.09.2020  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 92/2020/OP  
Nome: Ana Margarida Moreira Dias  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Bons Dias – Ramada  
Data de despacho: 07.09.2020  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º @4/2018  
Nome: Aníbal Mendes de Bastos  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Camilo Castelo Branco – Lote 150 – B. Trigache Norte – Famões  
Data de despacho: 07.09.2020  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de Utilização

Processo n.º 361/2018/OP/GI  
Nome: Marta Vanessa Duarte Silva  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua 19 de junho, lote 81 – B. Sol Nascente – Famões  
Data de despacho: 07.09.2020  
Teor do Despacho: Concorde/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º @36/2019  
Nome: Dalila Maria de Jesus Ribeiro  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Henrique Galvão, lote 890 – Bairro Casal Novo – Famões  
Data de despacho: 07.09.2020  
Teor do Despacho: Concorde/Notifique-se

Processo n.º 368/2016/OP/GI  
Nome: Pedro Miguel Agoga Teles  
Assunto: Autorização de Utilização  
Local: Rua Machado de Castro – Lote 500 – Casal da Silveira – Famões  
Data de despacho: 07.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 334/2017/OP  
Nome: Yourclinic Lda.  
Assunto: Autorização de utilização  
Local: Avenida D. Dinis, N.º 59A/B – Odivelas  
Data de despacho: 11.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de utilização

Processo n.º 245/2020/OP/GI  
Nome: Ricardo Manuel de Sousa Pereira  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua Torcato Ferreira – Lote 64 – B.º Novo das Queimadas – Famões  
Data de despacho: 15.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 120/2020/OP  
Nome: Majodate, Lda  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Rainha D. Estefânia, n.º 3, Odivelas  
Data de despacho: 21.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 110/2018/OP/GI  
Nome: Luís Carlos Martins Oliveira  
Assunto: Autorização de utilização  
Local: Rua da Cerca, lote C 37, Bairro dos Pedernais, Ramada  
Data de despacho: 22.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de utilização e emissão do respetivo alvará

Processo n.º 324/2020/OP/GI  
Nome: Diogo Manuel Paulino Duran  
Assunto: Licenciamento de Obras de Edificação, Remodelação de Terrenos e Outras OU  
Local: Rua Carlos Seixas, lote 175, Bairro Trigache Norte, Famões  
Data de despacho: 22.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 456/2017/OP  
Nome: Odimaco, Lda  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Urbanização Jardim da Amoreira, lote 84, Casal da Carochia, Odivelas  
Data de despacho: 22.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 479/2017/OP/GI  
Nome: Valentim da Silva Teixeira  
Assunto: Autorização de utilização  
Local: Avenida da Liberdade, lote 353, Bairro Trigache Norte, Famões  
Data de despacho: 22.09.2020

Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de utilização e emissão do respetivo alvará

Processo n.º 97/2018/OP/GI  
Nome: Miguel Ângelo Loureiro Muchata  
Assunto: Autorização de utilização  
Local: Qualihab, lote 19, Bairro Flor do Minho, Caneças  
Data de despacho: 25.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de utilização e emissão do respetivo alvará

Processo n.º 64/2018/OP/GI  
Nome: Maria da Piedade Atalaia Caixinha Mateus  
Assunto: Autorização de utilização  
Local: Rua Cidade de Almada, lote 412, Pontinha  
Data de despacho: 25.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de utilização e emissão do respetivo alvará

Processo n.º 312/2017/OP/GI  
Nome: António Eduardo Caseiro Vicente Pimenta  
Assunto: Autorização de utilização  
Local: Rua Principal, lote D74, Bairro dos Pedernais, Ramada  
Data de despacho: 28.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de utilização e emissão do respetivo alvará

Processo n.º @ 301/2015  
Nome: José Carvalho Ribeiro  
Assunto: Autorização de utilização  
Local: Rua Aurélio Paz dos Reis, lote 88, Ramada  
Data de despacho: 28.09.2020  
Teor do Despacho: Solicita-se a reavaliação da pretensão

Processo n.º 261/2020/OP/GI  
Nome: Homero & Associados – Transportes de Carga Geral, Lda  
Assunto: Comunicação Prévia de Obras de Edificação e Remodelação de Terrenos  
Local: Rua Machado de Castro, lote 517, Casal da Silveira, Odivelas  
Data de despacho: 29.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Notifique-se

Processo n.º 223/2016/OP  
Nome: Bruno Alexandre Portela Vera Guerreiro  
Assunto: Autorização de utilização  
Local: Rua Santo Eloy, Azinhaga dos Besouros, Pontinha  
Data de despacho: 29.09.2020  
Teor do Despacho: Concordo/Deferida a autorização de utilização e emissão do respetivo alvará

**Listagem dos Comprovativos de Admissão de Comunicação Prévia, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, durante o mês de setembro de 2020, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 4/VPCT/2018, de 1 de outubro, nos termos da informação n.º Interno/2020/7801 de 2020.09.14 (edoc/2020/59640):**

Processo n.º 64/2020/OP/GI  
Nome: Ricardo Miguel Marcelino Dias  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua Joaquim Agostinho, lote 32, Bairro Novo das Queimadas  
Data de emissão: 08.09.2020  
Comprovativo n.º 045/2020

Processo n.º 165/2020/OPGI  
Nome: Manuel Paulo Lisboa  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua Cidade de Santarém, lote 374, Bairro Vale Grande  
Data de emissão: 23.09.2020  
Comprovativo n.º 046/2020

Processo n.º 90/2020/OP/GI  
Nome: Carlos Alberto Silva Rodrigues  
Assunto: Emissão de Comprovativo de Admissão de Comunicação Prévia  
Local: Rua das Amoreiras, lote 29, Bairro Alto das Arroteias  
Data de emissão: 30.09.2020  
Comprovativo n.º 047/2020

**Listagem dos Alvarás de Utilização e Construção, emitidos pelo Diretor do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico, no uso da competência subdelegada pelo Vereador Paulo César Teixeira, através do despacho n.º 4/VPCT/2018, de 1 de outubro, durante o mês de setembro de 2020, nos termos da informação n.º Interno/2020/7776 de 2020.10.13 (edoc/2020/59435):**

#### **Alvarás de utilização**

Processo n.º 446/2016/OP/GI  
Nome: Armando Luis Dias Barreiro  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua 25 de Novembro, lote 705, Bairro Casal da Silveira  
Data de emissão: 01.09.2020  
Alvará n.º Aditamento 207/2011

Processo n.º 530/2017/OP/GI  
Nome: Momentos Grisalhos, Lda  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua dos Bons Amigos, lote 648, Bairro Casal Novo  
Data de emissão: 02.09.2020  
Alvará n.º 135/2020

Processo n.º 242/2018/OP/GI  
Nome: Ângela Maria Branco Bernardo Palma  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua Mário de Sá Carneiro, lote 404, Bairro Trigache Norte  
Data de emissão: 02.09.2020  
Alvará n.º 136/2020

Processo n.º 95/2018/OP/GI  
Nome: Fernando Melo & Maria Melo – Sociedade de Construções, Lda  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Praça Sara Afonso, n.º 7 de policia, UF de Ramada e Caneças  
Data de emissão: 02.09.2020  
Alvará n.º 137/2020

Processo n.º 171/2018/OP/GI  
Nome: António Manuel Diogo Pinto e Bruno Miguel Queirós da Costa  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua Padre António Vieira, n.º 15 de policia, UF de Pontinha e Famões  
Data de emissão: 03.09.2020  
Alvará n.º 138/2020

Processo n.º 344/2018/OP/GI  
Nome: João Ricardo Amorim Gravito  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua das Granjas, n.º 15 de policia, com vão de acesso a garagem na Rua Luís Stau Monteiro, n.º 1 A, UF de Ramada e Caneças  
Data de emissão: 17.09.2020  
Alvará n.º 139/2020

Processo n.º 338/2017/OP/GI  
Nome: Rodrigo Valente Lage Atalaia  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua das Granjas, n.º 31 de policia, UF de Ramada e Caneças  
Data de emissão: 17.09.2020  
Alvará n.º 140/2020

Processo n.º 186/2018/OP/GI  
Nome: Fernando Miguel Rodrigues dos Santos Tavares  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Praça Padre António Vieira, n.º 19 de policia, UF de Pontinha e Famões  
Data de emissão: 22.09.2020  
Alvará n.º 141/2020

Processo n.º 361/2018/OP/GI  
Nome: Marta Vanessa Duarte Silva  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua 19 de Junho, lote 81, Bairro Sol Nascente  
Data de emissão: 22.09.2020  
Alvará n.º 142/2020

Processo n.º 326/2018/OP/GI  
Nome: Guilherme de Jesus Alberto  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua Cidade de São João da Madeira, n.º 3 e 3 A, UF de Pontinha e Famões  
Data de emissão: 29.09.2020  
Alvará n.º 143/2020

Processo n.º @54/2019 – 14.076/CP/GI  
Nome: Isaura Augusta Fernandes Botelho da Silva Ramos e Outra  
Assunto: Emissão de Alvará de Utilização  
Local: Rua do Norte, n.º 13 e 13 A de polícia, UF de Pontinha e Famões  
Data de emissão: 29.09.2020  
Alvará n.º 144/2020

#### **Alvarás de Construção**

Processo n.º 501/2018/OP/GI  
Nome: MACICOSTA – Sociedade de Construções, Lda  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Viana da Mota, lote 132, Bairro Encosta do Mourigo  
Data de emissão: 03.09.2020  
Alvará n.º 222/2020

Processo n.º 107/2019/OP/GI  
Nome: Sandra Cristina Henriques Fernandes Caçador  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Idade do Bronze, lote 47, Quinta do Castelo  
Data de emissão: 04.09.2020  
Alvará n.º 223/2020

Processo n.º 109/2019/OP/GI  
Nome: João Vitor Pinto Pereira E Mariana da Silva Rufino  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Actor Ribeirinho, lote 1023, Bairro Casal Novo  
Data de emissão: 04.09.2020  
Alvará n.º 224/2020

Processo n.º 172/2017/OP/GI  
Nome: Ana Rita Chicau Barbosa do Carmo Leal  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Idade da Pedra, lote 63, Bairro Castelo Poente  
Data de emissão: 08.09.2020  
Alvará n.º 225/2020

Processo n.º 549/2019/OP/GI  
Nome: Susana da Costa Almeida  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Cidade de Amarante, lote 206, Bairro Casal de São Sebastião  
Data de emissão: 08.09.2020  
Alvará n.º 226/2020

Processo n.º 448/2019/OP/GI  
Nome: Susana Isabel Vitorino Sereno  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua do Campo da Bola, lote 61, Bairro Quinta das Canoas  
Data de emissão: 09.09.2020  
Alvará n.º 227/2020

Processo n.º 123/2020/OP  
Nome: António Manuel Lopes Machado  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Miguel Silvestre Cruz, lote 17, Bairro dos Carrascais  
Data de emissão: 09.09.2020  
Alvará n.º 228/2020

Processo n.º 51/2019/OP/GI  
Nome: Ricardo Filipe Antunes Lopes

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Francisco Lázaro, lote 51, Bairro Novo das Queimadas  
Data de emissão: 09.09.2020  
Alvará n.º 229/2020

Processo n.º 53/2018/OP/GI  
Nome: Diogo Francisco Alvarez Serrano  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Cidade de Caldas da Rainha, lote 19, UF da Pontinha e Famões  
Data de emissão: 15.09.2020  
Alvará n.º 230/2020

Processo n.º 42/2020/D/OVP  
Nome: PROARBA – Energia e Telecomunicações, Lda  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Santo Eloy, 39, UF da Pontinha e Famões  
Data de emissão: 15.09.2020  
Alvará n.º 231/2020

Processo n.º 568/2018/OP/GI  
Nome: Sociedade de Construções Magrafe, Lda  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Casal do Cabeço do Bispo, lote 5, Quinta do Abadesso  
Data de emissão: 15.09.2020  
Alvará n.º 232/2020

Processo n.º 154/2017/OP/GI  
Nome: ION TURCANU  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Cidade de Vila Nova de Gaia, lote 392, Bairro Casal São Sebastião  
Data de emissão: 17.09.2020  
Alvará n.º 233/2020

Processo n.º 504/2019/OP/GI  
Nome: CONSTRUALVELOS – Obras Públicas e Construção Civil, Lda  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Cidade de Ponte de Sôr, lote 224, Bairro Casal São Sebastião  
Data de emissão: 17.09.2020  
Alvará n.º 234/2020

Processo n.º 362/2019/OP/GI  
Nome: Carlos Daniel do Carmo Gracias  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Cidade Peso da Régua, lote 124, Bairro Casal São Sebastião  
Data de emissão: 18.09.2020  
Alvará n.º 235/2020

Processo n.º 71/2020/OP/GI  
Nome: Maria Olímpia Fernandes Machado  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Rua Camilo Castelo Branco, lote 71, Bairro das Queimadas  
Data de emissão: 21.09.2020  
Alvará n.º 236/2020

Processo n.º 135/2019/OP  
Nome: Tiago André de Oliveira Martins  
Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção  
Local: Estrada de Montemor, UF de Pontinha e Famões  
Data de emissão: 21.09.2020  
Alvará n.º 237/2020

Processo n.º 7313/OP/GI - @24/2020

Nome: António Dias da Fonseca

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Major João Luís de Moura, lote 67, Bairro Milharada

Data de emissão: 22.09.2020

Alvará n.º 238/2020

Processo n.º 416/2017/OP/GI

Nome: Maria Adélia de Jesus Ferreira Martins e Outros

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Vieira da Silva, lote 55, Bairro da Milharada

Data de emissão: 23.09.2020

Alvará n.º 239/2020

Processo n.º 231/2018/OP/GI

Nome: Paula Alexandre Silvestre Máximo dos Santos

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Cidade de Ovar, lote 409, Bairro Casal São Sebastião

Data de emissão: 22.09.2020

Alvará n.º 240/2020

Processo n.º 511/2019/OP/GI

Nome: Fernando Manuel Rosa Gouveia

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua José de Sousa Saramago, lote 7, Casal do Abadesso

Data de emissão: 23.09.2020

Alvará n.º 241/2020

Processo n.º 432/2018/OP/GI

Nome: Rosado e Costa – Construções, Lda

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Maria da Fonte, lote 189D, Bairro Milharada

Data de emissão: 23.09.2020

Alvará n.º 242/2020

Processo n.º 570/2018/OP

Nome: José Luís Lopes da Costa

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Major Mouzinho de Albuquerque, n.º 34, UF da Póvoa Santo Adrião e Olival Basto

Data de emissão: 23.09.2020

Alvará n.º 243/2020

Processo n.º 390/2018/OP/GI

Nome: Rosado e Costa – Construções, Lda

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Maria da Fonte, lote 189C, Bairro Milharada

Data de emissão: 24.09.2020

Alvará n.º 244/2020

Processo n.º 593/OP/GI - @59/2019

Nome: Rui Manuel Macedo Duarte

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Eng.º. Adelino Amaro da Costa, lote 130, Bairro Casal da Silveira

Data de emissão: 24.09.2020

Alvará n.º 245/2020

Processo n.º 138/2020/OP

Nome: Michele Fernanda Melro Santos

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Dom Nuno Álvares Pereira, Bairro Flôr do Minho

Data de emissão: 24.09.2020

Alvará n.º 246/2020

Processo n.º 282/2020/OP

Nome: LIDL & Companhia

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua General Alves Roçadas, n.º 20, 22 e 24, Odivelas

Data de emissão: 25.09.2020

Alvará n.º 247/2020

Processo n.º 387/2016/OP/GI

Nome: Pedro Miguel Santos Inácio

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Viana da Mota, lote 176, Bairro Encosta do Mourigo

Data de emissão: 25.09.2020

Alvará n.º 248/2020

Processo n.º 256/2019/OP/GI

Nome: Ricardo Jorge Fernandes Correia

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Bernardo Santareno, lote 220, Bairro Granjas Novas

Data de emissão: 25.09.2020

Alvará n.º 249/2020

Processo n.º 3/2020/OP/GI

Nome: Marta Susana Nunes Martins dos Santos

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Aquilino Ribeiro, lote 283, Bairro Vale Pequeno

Data de emissão: 28.09.2020

Alvará n.º 250/2020

Processo n.º 349/2019/OP/GI

Nome: Carlos Alberto Clara Fernandes Conde e Outro

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Nova de São José, lote 2, Bairro S. José

Data de emissão: 28.09.2020

Alvará n.º 251/2020

Processo n.º 541/2019/OP/GI

Nome: SPT – Construção Civil, Lda

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua Columbano Bordalo Pinheiro, lote 428, Bairro dos Quatro

Data de emissão: 28.09.2020

Alvará n.º 252/2020

Processo n.º 388/2019/OP/GI

Nome: Cláudio José Ribeiro do Monte e Outra

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua 1.º de Janeiro, lote 55, Bairro Novo do Trigache

Data de emissão: 29.09.2020

Alvará n.º 253/2020

Processo n.º 352/2019/OP/GI

Nome: Pedro Miguel Gonçalves Afonso

Assunto: Emissão de Alvará de Obras de Construção

Local: Rua da Associação, lote 33, Bairro Casal do Bispo

Data de emissão: 30.09.2020

Alvará n.º 254/2020

## FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL

**Listagem dos atos com eficácia externa praticados pelo Vereador da Câmara Municipal de Odivelas Edgar Valles, no uso da competência delegada/subdelegada pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através do despacho n.º 41/PRES/2018, de 28 de setembro, no âmbito da Divisão de Fiscalização Municipal, no período compreendido entre 01 a 30 de setembro de 2020, nos termos da informação n.º Interno/2020/7601 de 2020.10.07 (edoc/2020/57921):**

### NOTIFICAÇÕES PARA LIMPEZA DE TERRENOS

Decisões tomadas ao abrigo das competências delegadas e subdelegadas  
(Despacho n.º 41/PRES/2018, de 28 de setembro)

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado no Bairro Quinta das Arrombas, lotes 6 e 7 - Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.  
(Proprietário: Administração Conjunta da AUGI do Bairro da Serra da Luz)  
(Processo 123/DFM/16 e 124/DFM/16)  
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,  
Notifique-se – Data: 2020-08-04  
Data da notificação: 2020.09.02

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua dos Franciscos, lote 3, Bairro Casal da Fonte - Famões, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.  
(Proprietário: Vítor Manuel dos Santos)  
(Processo 102/DFM/16)  
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,  
Notifique-se – Data: 2020-06-19  
Data da notificação: 2020.09.03

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, lote 69, Bairro da Milharada - Pontinha, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.  
(Proprietário: Firma FS e JM Construções. Lda)  
(Processo 28/DFM/17)  
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,  
Notifique-se – Data: 2020-06-25  
Data da notificação: 2020.09.03

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Alvareense, lote 126, Bairro Casal Novo – Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.  
(Proprietário: Associação de Moradores do Casal Novo)  
(Processo 128/DFM/08)  
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,  
Notifique-se – Data: 2020-08-04  
Data da notificação: 2020.08.09

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Flor do Minho, lote 17, Bairro Flor do Minho –

Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.  
(Proprietário: Cabeça de Casal da Herança de Basílio Enes Fernandes Mira)  
(Processo 430/DFM/08)  
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,  
Notifique-se – Data: 2020-08-04  
Data da notificação: 2020.09.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Maria Pia, lote 13, Bairro das Sete Quintas - Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.  
(Proprietário: Jorge Manuel Cristóvão Cardoso)  
(Processo 201/DFM/08)  
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,  
Notifique-se – Data: 2020-08-04  
Data da notificação: 2020.09.08

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua das Oliveiras, lote 115, Quinta da Várzea – Olival Basto, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.  
(Proprietário: Miguel Alexandre Ribeiro Albuquerque)  
(Processo 185/DFM/16)  
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,  
Notifique-se – Data: 2020-09-04  
Data da notificação: 2020.09.10

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua da Constituição e Largo do Chafariz, Quinta da Várzea – Olival Basto, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.  
(Proprietário: Miguel Alexandre Ribeiro Albuquerque)  
(Processo 191/DFM/16)  
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,  
Notifique-se – Data: 2020-09-04  
Data da notificação: 2020.09.10

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Chafariz, lotes 142 e 143, Quinta da Várzea – Olival Basto, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.  
(Proprietário: Miguel Alexandre Ribeiro Albuquerque)  
(Processo 189/DFM/16)  
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,  
Notifique-se – Data: 2020-09-04  
Data da notificação: 2020.09.10

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Flor do Minho, lote 16, Bairro Flor do Minho - Caneças, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.  
(Proprietário: Cabeça de Casal da Herança de Basílio Enes Fernandes Mira)  
(Processo 501/DFM/08)  
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,  
Notifique-se – Data: 2020-08-04  
Data da notificação: 2020.09.15

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Idade da Pedra, lote 63 - Ramada, nos termos do n.º 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.  
(Proprietário: Ana Rita Chicau Barbosa do Carmo Leal)  
(Processo 21/DFM/14)

Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,  
Notifique-se – Data: 2020-09-14  
Data da notificação: 2020.09.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua do Poder Local junto à Escola Básica da Amoreira - Ramada, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.  
(Proprietário: Sociedade Construções Dias, Lda)  
(Processo 211/DFM/16)  
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,  
Notifique-se – Data: 2020-07-21  
Data da notificação: 2020.09.18

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Henrique Galvão, lote 820, Bairro Casal Novo - Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.  
(Proprietário: Maria de Fátima Rodrigues da Nova Joaquim)  
(Processo 75/DFM/2020)  
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,  
Notifique-se – Data: 2020-09-14  
Data da notificação: 2020.09.23

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Henrique Galvão, lote 818, Bairro Casal Novo - Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.  
(Proprietário: Ana Cristina Gaspar da Silva Alves)  
(Processo 76/DFM/2020)  
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,  
Notifique-se – Data: 2020-09-14  
Data da notificação: 2020.09.23

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Henrique Galvão, lote 817, Bairro Casal Novo - Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.  
(Proprietário: Henrique Silva Barata Salgueiro)  
(Processo 77/DFM/2020)  
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,  
Notifique-se – Data: 2020-09-14  
Data da notificação: 2020.09.23

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Henrique Galvão, lote 820, Bairro Casal Novo - Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.  
(Proprietário: João Paulo Nova Joaquim)  
(Processo 75/DFM/2020)  
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,  
Notifique-se – Data: 2020-09-14  
Data da notificação: 2020.09.23

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Ator Ribeirinho, lote 1022, Bairro Casal Novo - U.F. Pontinha/Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.  
(Proprietário: Marta Sofia da Silva Castro)  
(Processo 99/DFM/19)  
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,  
Notifique-se – Data: 2020-07-06  
Data da notificação: 2020.09.24

Assunto: Notificação para limpeza de terreno localizado na Rua Ator Ribeirinho, lote 1022, Bairro Casal Novo - U.F. Pontinha/Famões, nos termos do nº 1 do Art.º 42º do Regulamento de Resíduos Higiene e Limpeza dos Espaços Públicos.  
(Proprietário: Tiago Lopes Roxo)  
(Processo 99/DFM/19)  
Decisão do Senhor Vereador - Edgar Valles: Concordo,  
Notifique-se – Data: 2020-07-06  
Data da notificação: 2020.09.24

#### **VIATURAS REMOVIDAS DA VIA PÚBLICA**

03/08/2020 a 31/08/2020

Decisões tomadas ao abrigo das competências delegadas e subdelegadas  
(Despacho n.º 41/PRES/2018, de 28 de setembro)

Assunto: Remoção de um veículo Volvo S-40, com a matrícula 53-58-NP, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 40/VIAT/RA/CA/20).  
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.  
Data do despacho: 2020.08.20  
Data da remoção: 2020.09.09

Assunto: Remoção de um veículo Renault Mégane, com a matrícula 00-34-RL, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 63/VIAT/PO/FA/20).  
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.  
Data do despacho: 2020.08.31  
Data da remoção: 2020.09.09

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Brava, com a matrícula 14-83-OG, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 114/VIAT/OD/20).  
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.  
Data do despacho: 2020.08.20  
Data da remoção: 2020.09.09

Assunto: Remoção de um veículo Mitsubishi Lancer, com a matrícula 17-12-JP, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 115/VIAT/OD/20).  
Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos

Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.09

Assunto: Remoção de um veículo Vw Jetta, com a matrícula SG-55-02, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 116/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.0

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 64-63-FL, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 117/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.24

Data da remoção: 2020.09.09

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Brava, com a matrícula 26-67-RO, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 118/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.21

Data da remoção: 2020.09.09

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 27-92-MR, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 121/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.10

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 306, com a matrícula 84-55-FP, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 120/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.10

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 23-07-QE, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 119/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.26

Data da remoção: 2020.09.10

Assunto: Remoção de um veículo Opel Frontera, com a matrícula 53-28-OX, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 64/VIAT/PO/FA/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.10

Assunto: Remoção de um veículo Hyundai Accent, com a matrícula 71-08-PI, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 42/VIAT/PV/OL/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.21

Data da remoção: 2020.09.10

Assunto: Remoção de um veículo Opel Vectra, com a matrícula 02-31-XN, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 43/VIAT/PV/OL/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.21

Data da remoção: 2020.09.10

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 20-91-II, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 44/VIAT/PV/OL/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.17

Data da remoção: 2020.09.10

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Ducato, com a matrícula 79-HP-75, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 66/VIAT/PO/FA/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.26

Data da remoção: 2020.09.14

Assunto: Remoção de um veículo Seat Cordoba, com a matrícula 23-60-PC, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 41/VIAT/RA/CA/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.14

Assunto: Remoção de um veículo Ford Transit, com a matrícula 91-GQ-89, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 67/VIAT/PO/FA/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.15

Assunto: Remoção de um veículo Ford Transit, com a matrícula 95-47-FA, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 128/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.15

Assunto: Remoção de um veículo Mitsubishi L-400, com a matrícula 92-45-JJ, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 129/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.15

Assunto: Remoção de um veículo Ford Fiesta, com a matrícula 41-28-HJ, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados

Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 130/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.15

Assunto: Remoção de um veículo Vw Polo, com a matrícula 89-48-SG, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 131/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.16

Assunto: Remoção de um veículo Hyundai H1, com a matrícula 77-99-QU, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 132/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.16

Assunto: Remoção de um veículo Toyota, com a matrícula 91-10-LJ, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 133/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.16

Assunto: Remoção de um veículo Opel Vectra, com a matrícula 47-60-MV, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 43/VIAT/RA/CA/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.17

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 65-78-BN, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 44/VIAT/RA/CA/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.17

Assunto: Remoção de um veículo Citroën ZX, com a matrícula 24-67-HQ, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 42/VIAT/RA/CA/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.17

Assunto: Remoção de um veículo Mini One, com a matrícula 75-VG-78, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 68/VIAT/PO/FA/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.09.08

Data da remoção: 2020.09.21

Assunto: Remoção de um veículo VW Polo, com a matrícula 07-23-VH, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 137/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.21

Assunto: Remoção de um veículo Renault Megane, com a matrícula 26-76-PE, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 136/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.17

Data da remoção: 2020.09.21

Assunto: Remoção de um veículo Opel Astra, com a matrícula 89-32-FQ, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 135/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos

Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.21

Assunto: Remoção de um veículo VW Golf, com a matrícula 35-39-GE, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 134/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.09.08

Data da remoção: 2020.09.21

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Punto, com a matrícula 26-82-IF, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 138/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.22

Assunto: Remoção de um veículo Opel Astra, com a matrícula 42-50-QB, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 139/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.09.08

Data da remoção: 2020.09.22

Assunto: Remoção de um veículo Opel Astra, com a matrícula 53-38-OQ, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 69/VIAT/PO/FA/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.22

Assunto: Remoção de um veículo Citroen Saxo, com a matrícula 11-38-RG, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 45/VIAT/RA/CA/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.22

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Stilo, com a matrícula 13-34-UF, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 45/VIAT/PV/OL/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.22

Assunto: Remoção de um veículo Ford Fiesta, com a matrícula 37-36-DL, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 47/VIAT/PV/OL/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.23

Assunto: Remoção de um veículo Opel Astra, com a matrícula 94-83-EG, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 46/VIAT/PV/OL/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.23

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Polo, com a matrícula 61-06-HV, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 71/VIAT/PO/FA/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.23

Assunto: Remoção de um veículo Toyota Carina, com a matrícula 95-45-BR, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 70/VIAT/PO/FA/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.23

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Passat, com a matrícula 71-22-ND, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos

Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 140/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.23

Assunto: Remoção de um veículo Renault Scénic, com a matrícula 60-00-UU, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 142/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.28

Assunto: Remoção de um veículo Peugeot 106, com a matrícula 08-86-EG, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 48/VIAT/PV/OL/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.28

Assunto: Remoção de um veículo Renault Master, com a matrícula 93-40-JZ, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 143/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.29

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Golf, com a matrícula 14-40-QE, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 144/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.29

Assunto: Remoção de um veículo Volkswagen Passat, com a matrícula 88-86-SB, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 46/VIAT/RA/CA/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.29

Assunto: Remoção de um veículo Mercedes, com a matrícula 90-29-XG, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 47/VIAT/RA/CA/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.09.22

Data da remoção: 2020.09.29

Assunto: Remoção de um veículo Renault Clio, com a matrícula 40-05-ZM, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 145/VIAT/OD/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.09.22

Data da remoção: 2020.09.30

Assunto: Remoção de um veículo Volvo 340, com a matrícula QN-25-38, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 48/VIAT/RA/CA/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.09.22

Data da remoção: 2020.09.30

Assunto: Remoção de um veículo Fiat Bravo, com a matrícula 85-71-NQ, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 72/VIAT/PO/FA/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.09.22

Data da remoção: 2020.09.30

Assunto: Remoção de um veículo Citroën Saxo, com a matrícula 30-18-IC, nos termos do disposto nos Art.º 5 e 6º do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública (Processo nº 73/VIAT/PO/FA/20).

Despacho do Senhor Vereador Edgar Valles - Considerando a descrição do veículo e nos termos do disposto no Artº 6 do Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na via Pública, proceda-se à remoção do mesmo.

Data do despacho: 2020.08.20

Data da remoção: 2020.09.30

## REPUBLIÇÃO

### REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL D. DINIS E POLOS

No *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões* n.º 20 de 2020, encontra-se republicado em anexo, o *Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos*, nos termos dos fundamentos constantes na página 53 do referido boletim.

Vem o serviço emissor do regulamento solicitar nova republicação do *Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos* no *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões*, em virtude de a publicação anterior conter uma inexatidão, conforme o que consta na informação do Setor de Bibliotecas com o n.º Interno/2020/7945 de 2020.10.16:

“Assim, no Capítulo V, artigo 28.º, n.º 1, alínea a)

Onde se lê:

a) A infração ao disposto na alínea g) do artigo 7.º e alíneas a), i), j) e l) do artigo 10.º, com coima de 1/8 RMN a 1/4 RMN.

Deve ler-se:

a) A infração ao disposto na alínea g) do artigo 7.º e alíneas a), i), j) e k) do artigo 10.º, com coima de 1/8 RMN a 1/4 RMN.”

Face ao exposto, procede-se à republicação integral do *Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos*, na versão corrigida, em anexo no final do presente boletim.

O referido Regulamento entra em vigor, após publicação no *Diário da República*, nos termos do artigo 32.º do referido regulamento.

[*Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos* publicado em anexo no final do presente boletim]

# ANEXOS

## ***REGULAMENTO INTERNO DA PISCINA MUNICIPAL DE ODIVELAS***

(Conforme deliberação constante na página 9 do presente Boletim)

*O Regulamento Interno da Piscina Municipal de Odivelas entra em vigor no dia seguinte à sua publicação, no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, nos termos do artigo 26.º do regulamento.*

## ***CONSULTA PÚBLICA DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO ASSOCIATIVO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO (PAAPEE)***

(Nos termos do Aviso publicado na página 23 do presente boletim)

## ***REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL D. DINIS E POLOS***

(Republicação conforme o que consta na página 40 do presente boletim)

*O Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos entra em vigor, após publicação no Diário da República, nos termos do artigo 32.º do regulamento.*



# ANEXO

## ***REGULAMENTO INTERNO DA PISCINA MUNICIPAL DE ODIVELAS***

(Conforme deliberação constante na página 9 do presente boletim)

O Regulamento Interno da Piscina Municipal de Odivelas entra em vigor no dia seguinte à sua publicação, no *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões*, nos termos do artigo 26.º do regulamento.



## **Regulamento Interno da Piscina Municipal de Odivelas**

### **Enquadramento jurídico**

O presente documento é elaborado de acordo com a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto regulado pela Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro e alterada pela Lei n.º 74/2013, de 6 de outubro, o Regime Jurídico das Instalações Desportivas de Uso Público, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 141/2009 de 16 de Junho e alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio, bem como o Regime Jurídico da Responsabilidade Técnica pela Direção das Atividades Físicas e Desportivas Desenvolvidas nas Instalações Desportivas, aprovado pela Lei n.º 39/2012 de 28 de agosto, o Regime de Acesso e Exercício de Atividade de Treinador de Desporto, regulado pela Lei n.º 40/2012 de 28 de agosto e o Regime Jurídico do Seguro Desportivo Obrigatório, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2009, de 12 de janeiro, alterado pela Lei n.º 27/2011, de 16 de junho, na sua atual redação.

Tem também em consideração o preceituado no Regime Jurídico aplicável ao Nadador-Salvador, bem como o Regulamento da Atividade de Nadador-Salvador, aprovados pela Lei n.º 68/2014, de 29 de agosto, na sua versão atual, conjugada com as Portarias n.º 311/2015, de 28 de setembro, que institui o regime aplicável à atividade de nadador-salvador; n.º 321/2015, de 1 de outubro, que aprova o Regulamento de Uniformes do Nadador-Salvador e n.º 373/2015, de 20 de outubro, que regula o processo de certificação das entidades formadoras dos nadadores-salvadores profissionais, assim como a Lei Antidopagem no Desporto aprovada pela Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, na sua atual redação, que transpõe para a ordem jurídica interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem e a decorrente Lista de Substâncias e Métodos Proibidos, aprovada pela Portaria n.º 329/2018, de 20 de dezembro.

São igualmente consideradas as orientações sobre os Requisitos de Qualidade e Tratamento da Água para Uso nos Tanques e Piscinas decorrentes da Norma Portuguesa 4542 de 2016, bem como os princípios constantes do Programa de Vigilância Sanitária de Piscinas de Hidroterapia, enunciado na Circular Normativa n.º 14/DA de 21 de Agosto de 2009 da Direção Geral da Saúde e do Manual de Boas Práticas de Medicina Física e de Reabilitação, tornado público por via do Aviso n.º 9448/2002, de 29 de agosto (2.ª série do Diário da República), e ainda as regras sobre as instalações técnicas para o exercício da atividade de medicina de reabilitação, resultantes da Portaria n.º 1212/2010 de 30 de Novembro.

Tem ainda em consideração o preceituado no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito

ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (RGPD) e a correspondente Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, que assegura a sua execução, na ordem jurídica nacional.

Ressalve-se, por fim, que o presente Regulamento deve ainda ser lido e interpretado à luz das normas regulamentares fixadas e impostas pelo Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Odivelas, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 97 de 19 de maio de 2017, nas suas disposições gerais e em particular na parte em que respeita à utilização das Piscinas Municipais de Odivelas.

## **Capítulo I - Disposições Gerais**

### **Artigo 1.º - Âmbito e Objeto**

1. O presente Regulamento estabelece as normas e condições de funcionamento e frequência da Piscina Municipal de Odivelas, adiante designada por Piscina de Odivelas.
2. O presente Regulamento aplica-se a qualquer pessoa que tenha acesso às instalações da Piscina de Odivelas.

### **Artigo 2.º - Propriedade e Gestão**

1. A Piscina de Odivelas situa-se na Avenida Professor Doutor Augusto Abreu Lopes, em Odivelas, e integra o património do Município de Odivelas.
2. A gestão da Piscina de Odivelas é da Câmara Municipal de Odivelas (CMO).
3. Fica desde já mandatada a Divisão de Desenvolvimento Desportivo, adiante designada de (DDD) para cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento.

### **Artigo 3.º - Enquadramento Técnico**

1. A Piscina de Odivelas garante uma equipa técnica composta por:
  - a) Um Diretor Técnico, devidamente certificado pelo IPDJ, cumprindo integralmente o preceituado na Lei 39/2012 de 28 de agosto, ao qual cabe a direção e a responsabilidade pelas atividades que decorrem nas instalações, devendo ainda, garantir que tais atividades decorram num ambiente de qualidade e segurança;
  - b) Um Fisioterapeuta, Responsável Técnico da área Terapêutica, devidamente certificado pela ERS;
  - c) Técnicos devidamente credenciados com cédula profissional, registados na Entidade Reguladora da Saúde;
  - d) Técnicos Licenciados na área do desporto e/ou Técnicos acreditados pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, IP);
  - e) Nadadores-Salvadores.
2. Cabe ao Diretor Técnico o enquadramento das atividades desenvolvidas.

3. A transferência de nível de aprendizagem é um ato de natureza técnica e da responsabilidade da Direção Técnica, que depende das competências desenvolvidas e demonstradas, sem correspondência com fatores de carácter temporal.
4. Podem existir aulas com mais que um nível de desenvolvimento, desde que assegurada a qualidade técnica-pedagógica das mesmas.
5. Podem ser encerradas ou alteradas atividades, sempre que tal se justifique.
6. O Técnico é responsável pela condução da sessão e pela prescrição das tarefas adequadas ao utilizador, que as deverá respeitar.
7. A frequência das sessões terapêuticas está condicionada à prescrição terapêutica e reavaliações realizadas, não sendo possível a frequência de uma valência sem que exista prescrição para a mesma.
8. Para a frequência de sessões de Hidroterapia, para além da avaliação obrigatória a realizar com o Técnico, poderá ser solicitada declaração médica que prescreva o tipo de atividade a desenvolver.
9. As situações de contraindicação ou limitação médica para a prática de qualquer atividade devem ser previamente comunicadas ao Técnico pelo utilizador.

#### **Artigo 4.º - Destinatários**

1. As atividades desenvolvidas na Piscina de Odivelas destinam-se a qualquer pessoa, singular ou coletiva, que preencha os requisitos necessários para a frequência de cada atividade desenvolvida.
2. O Município de Odivelas pode estabelecer protocolos com entidades várias, através dos quais são instituídas condições específicas de acesso às atividades desenvolvidas na Piscina de Odivelas, em consonância com este Regulamento e o Regulamento de Taxas e Outras Receitas em vigor no Município de Odivelas.

#### **Artigo 5.º - Privacidade e Proteção de Dados**

1. O Município de Odivelas, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 72, 2675-267 Odivelas, é a entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais, recolhidos pela DDD no estrito âmbito das atribuições e competências dos Municípios.
2. As pessoas singulares (titulares dos dados) poderão contactar, por escrito, a Encarregada de Proteção de Dados (EPD) do Município de Odivelas/Dr.ª Paula Ganchinho, sobre todas as questões relacionadas com o tratamento dos seus dados e o exercício dos seus direitos, via correio eletrónico, através do endereço [protecaodedados@cm-odivelas.pt](mailto:protecaodedados@cm-odivelas.pt), ou via correio postal, para a morada Avenida Amália Rodrigues, n.º 27, 6.º Piso, Urbanização da Ribeirada 2675-432 Odivelas.
3. Os dados pessoais são recolhidos pelo Município de Odivelas para efeitos de inscrição na Piscina de Odivelas, acordo com os artigos do presente Regulamento e ao abrigo da legislação referida no presente preâmbulo.
4. As pessoas singulares, titulares dos dados, têm direito:
  - a) A solicitar ao Município de Odivelas o acesso, a retificação, o apagamento, a limitação ou a oposição do tratamento aos/dos seus dados pessoais, bem como a portabilidade desses dados;

b) A apresentar reclamação à autoridade nacional de controlo - Comissão Nacional de Proteção de Dados.

5. Informa-se, ainda, que:

- a) Os dados pessoais podem ser fornecidos a autoridades judiciais ou administrativas, para cumprimento de uma obrigação jurídica a que o Município de Odivelas esteja sujeito;
- b) Podem ainda ser fornecidos a subcontratantes (art.º 4.º n.º 8 do RGPD) e/ou a terceiros (art.º 4.º n.º 10 do RGPD), consoante os tratem por conta do Município de Odivelas ou sob a sua autoridade direta, designadamente, prestadores de serviços informáticos, empresas de cobrança, prestadores de serviços financeiros, instituições de crédito, peritos, prestadores de serviços de assistência, advogados e companhias de seguros;
- c) Não prejudica que os dados recolhidos sejam tratados no estrito âmbito das atribuições Municipais e da prossecução das suas atividades/finalidades;
- d) Em qualquer um dos casos, o Município de Odivelas exigirá aos subcontratantes ou terceiros que apresentem garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, que assegurem e salvaguardem a proteção e confidencialidade desses dados, a estrita utilização para o fim a que se destinam, bem como o cumprimento integral da legislação europeia e nacional, em vigor neste domínio, da defesa dos direitos que assistem aos titulares dos dados;
- e) Caso a comunicação/disponibilização de dados pessoais constitua uma obrigação legal ou contratual, o titular dos dados está obrigado a fornecê-los, sendo que, se declinar/recusar essa comunicação/disponibilização, o pedido/requerimento poderá ser objeto de rejeição liminar.

6. No caso dos dados pessoais excluídos do disposto no n.º 3, o seu tratamento só é possível, mediante consentimento, expresso e informado, do respetivo titular e onde conste a indicação da(s) finalidade(s) específica(s) para que são recolhidos e que o titular aceita, de forma explícita e livre, o respetivo tratamento, sendo que, esse consentimento, pode ser retirado pelo respetivo titular a todo o tempo.

7. Os dados pessoais recolhidos serão utilizados e consultados pela DDD durante 3 anos, sendo posteriormente enviados para o arquivo municipal/arquivo histórico para conservação administrativa pelo prazo de 5 anos, conforme Portaria n.º 1253/09, de 14 de outubro.

8. O Município de Odivelas não toma decisões automatizadas, ou seja, não utiliza qualquer forma de tratamento automatizado de dados pessoais.

## **Capítulo II – Funcionamento e Utilização das Instalações**

### **Artigo 6.º - Período de Funcionamento**

1. A Piscina de Odivelas encerra nos feriados Nacionais, feriado Municipal (19 de novembro), terça-feira de carnaval, sábado de Aleluia, e nos dias 24 e 31 de dezembro.

2. Poderão ser realizadas alterações ao período de funcionamento, nos termos do art.º 15.º do presente Regulamento.

### **Artigo 7.º - Horários e Atividades**

Os horários e as atividades desenvolvidas na Piscina de Odivelas encontram-se afixados nas suas instalações, podendo ser alterados a qualquer momento da época desportiva.

### **Artigo 8.º - Inscrição**

1. A inscrição em qualquer atividade desenvolvida na Piscina de Odivelas é realizada nas secretarias afetas à DDD, no horário e dias de funcionamento afixados nas instalações.
2. A inscrição é válida por um ano, podendo ser realizada a renovação da mesma, até ao fim do período de validade de inscrição.
3. Para efeitos de inscrição, são necessários os seguintes dados pessoais: nome completo, data de nascimento, número do cartão de identificação pessoal, NIF, fotografia tipo passe, contacto telefónico, código postal e endereço de correio eletrónico.
4. No caso de utilizadores menores de 16 anos, é necessário o consentimento expresso do representante legal para a recolha, tratamento e conservação dos dados constantes no número anterior.
5. Os dados referidos no número 3 podem ser recolhidos através de leitor eletrónico de cartão de cidadão, se assim for consentido pelo seu titular.
6. A inscrição confere o direito de acesso às atividades desenvolvidas na Piscina de Odivelas, e só é válida após o conhecimento e aceitação expressa das normas constantes do presente Regulamento.

### **Artigo 9.º - Pagamentos**

1. Os valores cobrados pela frequência das atividades da Piscina de Odivelas, bem como as eventuais reduções ou isenções de cobrança dos mesmos, encontram-se definidos no Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no Município de Odivelas, podendo ser integralmente consultado no site da CMO, bem como nas secretarias da DDD.
2. O pagamento dos valores enunciados no número anterior deverá ser efetuado nos termos e condições previstas no mesmo Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, através dos meios disponíveis para o efeito.
3. Ao utilizador que se inscreva em mais do que uma atividade caberá apenas o pagamento do valor referente a uma única inscrição/renovação.
4. Quando o último dia de pagamento coincida com feriado, domingo, ou com dia em que as instalações se encontrem encerradas, a data limite é diferida para o primeiro dia útil seguinte.
5. Nas atividades com pagamento mensal, a mensalidade de julho é paga de forma repartida no 2.º e no 3.º mês de frequência, sendo a mensalidade de setembro, previamente, cobrada no mês de julho.
6. O pagamento das sessões ocasionais e individuais é realizado no ato da marcação das mesmas.
7. No ato de marcação de Festa de Aniversário, é efetuado o pagamento de 50% do valor previsto na tabela de preços, tendo os restantes 50% que ser liquidados até ao 2.º dia útil anterior à festa.

#### **Artigo 10.º - Acesso e Permanência**

Sem prejuízo do disposto em legislação especial, pode ser impedido o acesso ou permanência nas instalações desportivas a quem se recuse, sem causa legítima, pagar os serviços utilizados ou consumidos, não se comporte de modo adequado, provoque distúrbios ou pratique atos de furto ou de violência.

#### **Artigo 11.º - Cartão de Utilizador**

1. O cartão de utilizador é pessoal e intransmissível e permite o acesso às instalações, dentro da respetiva classe e horário, desde que a inscrição se encontre válida e regularizado o pagamento dos serviços contratados.
2. O acesso às instalações é limitado a 15 minutos antes do início da aula e a 30 minutos após o seu término.

#### **Artigo 12.º - Apólice de Seguro de Acidentes Pessoais**

1. De acordo com a legislação em vigor, todos os utilizadores da Piscina de Odivelas estão abrangidos pela apólice de seguros, que cobre os riscos de acidentes pessoais e sinistros ocorridos nas instalações de acordo com a legislação em vigor (esta informação não dispensa a leitura das condições gerais e particulares da apólice disponíveis no sítio da CMO, setor da Piscina de Odivelas).
2. As despesas relacionadas com a assistência médica prestada são apresentadas pelo sinistrado junto da respetiva Entidade Seguradora.
3. Não há responsabilidade do Município de Odivelas pelos resultados da assistência prestada aos utilizadores da Piscina de Odivelas após o momento em que estes abandonarem as instalações.

#### **Artigo 13.º - Créditos, Reembolsos e Sessões de Compensação**

Não há lugar a créditos, reembolsos ou à realização de sessões de compensação, salvo nas situações expressamente previstas no presente Regulamento e enunciadas nos artigos seguintes.

#### **Artigo 14.º - Interrupção da Atividade por Motivo de Doença**

1. Caso o utilizador não possa usufruir das atividades desenvolvidas na Piscina de Odivelas por motivo de doença, é aplicada uma das seguintes alíneas:
  - a) No caso de impedimento por doença, devidamente comprovada por declaração médica, que expressamente refira a impossibilidade, ou grave inconveniência de prática da atividade por um período de tempo consecutivo de 30 a 60 dias, o utilizador usufruirá de um crédito de 50% nos pagamentos subsequentes referente ao período do atestado;
  - b) No caso do impedimento por doença, devidamente comprovada por declaração médica, que expressamente refira a impossibilidade, ou grave inconveniência de prática da atividade por um período superior a 60 dias, a inscrição é suspensa automaticamente, dentro da validade da mesma e implica a perda da vaga.

### **Artigo 15.º - Interrupção das Atividades pela CMO**

1. A CMO reserva-se no direito de:

- a) Alterar o período e dias de funcionamento sempre que tal se mostre conveniente ou, a isso seja forçada, por motivos Técnicos ou outros devidamente fundamentados;
- b) Interromper ou mesmo suspender a atividade da Piscina de Odivelas para a realização de obras de beneficiação no equipamento, havendo, neste caso, lugar à atribuição de créditos referentes às sessões interrompidas;
- c) Alterar ou mesmo suspender as aulas realizadas na Piscina de Odivelas, para a realização de provas desportivas, atividades específicas ou eventos externos, havendo neste caso lugar, à sua substituição e calendarização, de acordo com os horários e vagas disponíveis;
- d) Substituir as aulas realizadas na Piscina de Odivelas, por festas, festivais ou outros eventos internos;

2. Para além das situações referidas no número anterior, quando haja contaminação da água das cubas, à qual a CMO seja alheia, pode determinar-se a interdição imediata da respetiva cuba a qualquer utilização, existindo lugar à realização de sessões de substituição, calendarizadas de acordo com os horários e vagas disponíveis.

3. No referente ao número anterior, poderá a CMO sobrepor à realização de sessões de substituição a atribuição de créditos no valor correspondente à sessão.

4. Sempre que existam interrupções de funcionamento, por motivos alheios à CMO, tais como, faltas de energia, faltas de água, greves, ou outras, não existe lugar a sessões de substituição ou crédito das mesmas.

### **Artigo 16.º - Obrigações do Utilizador**

1. Os utilizadores da Piscina de Odivelas ficam sujeitos ao cumprimento do presente Regulamento, bem como às normas de funcionamento da atividade que frequentam, sinalética afixada nas instalações e indicações que lhes sejam transmitidas pelo pessoal de serviço.

2. Constituem, ainda, obrigações dos utilizadores:

- a) A utilização do “cartão de utilizador” para acesso às instalações, nos termos previstos no artigo 11.º;
- b) O uso do chuveiro, bem como retirar da pele todos os cremes, óleos ou maquilhagem ou outros produtos suscetíveis de adulterar a qualidade da água, antes de entrar no plano de água;
- c) O uso de touca adequada à atividade que vai frequentar;
- d) O uso por utilizadores e acompanhantes de chinelos exclusivos para a Piscina nas zonas identificadas como “pé descalço”;
- e) A utilização de vestuário de banho adequado e exclusivo para a atividade;
- f) Tratar com respeito e urbanidade o pessoal de serviço e os demais utilizadores da Piscina de Odivelas;

- g) Assegurar-se que não tem qualquer contraindicação para a prática do exercício físico, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 40.º da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto aprovada pela Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro;
- h) Quando o utilizador se desloque em cadeira de rodas deve requisitar a cadeira de banho aos funcionários de apoio, para que seja possível o acesso aos tanques, bem como a passagem pelo chuveiro antes de iniciar a sessão.
3. As crianças com idade igual ou inferior a 9 anos ou com necessidades específicas que assim o exijam, só podem frequentar a Piscina de Odivelas desde que acompanhados pelo representante legal ou por quem seja por este mandatado.
4. Quando indicado pelo Técnico, o utilizador deve fazer-se acompanhar por um cuidador, no decorrer da sessão.
5. O utilizador deve ter uma conduta adequada ao desenvolvimento de cada sessão, não prejudicando o seu normal funcionamento.
6. Os utilizadores que frequentam sessões terapêuticas são obrigados a cumprir o plano de tratamento definido pela Equipa Técnica.

#### **Artigo 17.º - Obrigações da CMO**

A CMO fica obrigada a:

1. Cumprir com a legislação aplicável.
2. Disponibilizar o Regulamento a todos os utilizadores no ato da inscrição, bem como informar das normas de frequência das atividades em que o utilizador se inscreve.
3. Disponibilizar folhas para reclamações/sugestões, para além do Livro de Reclamações, legalmente previsto nos termos do estipulado no Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na sua atual redação.
4. Garantir, a permanência do Diretor Técnico ou Responsável Técnico designado, durante o horário afixado ao público no átrio das instalações.
5. Afixar os certificados de Diretor Técnico e Responsável Técnico da área Terapêutica no átrio das instalações.
6. Efetuar análises regulares à água e ar dos tanques, afixando os resultados no átrio das instalações, nos termos da legislação em vigor.
7. Cumprir e fazer cumprir as normas sanitárias e de funcionamento das instalações desportivas.
8. Cumprir com os níveis de qualidade dos serviços prestados, bem como a manutenção e conservação das instalações de acordo com os termos da legislação em vigor.

#### **Artigo 18.º - Proibições**

É expressamente proibido:

- a) Provocar ou participar em desordens ou altercações;
- b) Praticar atos ofensivos, assim como desrespeitar as normas de conduta sociais;
- c) Adotar qualquer outro comportamento que ponha em causa a integridade física ou psicológica dos funcionários e demais utilizadores;

- d) Danificar o equipamento e bens disponibilizados, ressalvando-se o desgaste pelo seu normal uso;
- e) Utilizar material didático disponibilizado pela Piscina de Odivelas sem autorização do Técnico;
- f) Fazer-se acompanhar de animais à exceção do previsto no Decreto-Lei n.º 74/2007 de 27 de março, que consagra o direito de acesso das pessoas com deficiência visual de se fazerem acompanhar por cães-guia;
- g) Circular nos vestiários e balneários do sexo oposto;
- h) Aceder à zona envolvente dos tanques e balneários, quando o destino imediato não seja o da normal utilização deste equipamento;
- i) Frequentar a Piscina de Odivelas com doença, distúrbios dermatológicos, erupções cutâneas ou outros transtornos ou com menores condições de higiene;
- j) Comer fora das zonas devidamente identificadas para o efeito;
- k) Captar e recolher imagens e/ou áudio;
- l) Estacionar viaturas no átrio externo da Piscina de Odivelas sem devida autorização;
- m) Possuir, deter, ceder ou vender quaisquer substâncias consideradas dopantes ou outras que constem da lista de substâncias e métodos proibidos nos termos da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto e da Portaria n.º 329/2018, de 20 de dezembro.

#### **Artigo 19.º - Utilização dos Balneários e Vestiários**

1. São disponibilizados vestiários e balneários diferenciados para o género masculino, género feminino, e de acesso reservado, equipados com cacifos com fechadura para cadeado, que devem ser usados durante o tempo estritamente necessário para a atividade desenvolvida, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 11.º do presente Regulamento.
2. A utilização dos cacifos é da inteira responsabilidade dos utilizadores, sendo obrigatório a guarda dos bens nos mesmos com um cadeado pessoal, a expensas do próprio.
3. A CMO não se responsabiliza por qualquer bem ou objeto pessoal abandonado nas instalações.
4. A utilização das cabines individuais dos balneários e dos vestiários, assim como dos balneários adaptados é prioritariamente realizada por pessoas com prescrição para tal por parte do Responsável Técnico.
5. Os utilizadores de idade inferior ou igual a 9 anos ou com necessidades específicas que, independentemente da idade, assim o exijam, devem ser acompanhados por um adulto na utilização dos vestiários e balneários indicados para o efeito.

#### **Artigo 20.º - Assistência às Atividades**

1. Somente é permitida a assistência às atividades desenvolvidas na Piscina de Odivelas nos locais indicados para o efeito.
2. A Piscina de Odivelas reserva-se ao direito de condicionar temporariamente a assistência às atividades.
3. Ao público que pretenda assistir às atividades desenvolvidas na Piscina de Odivelas, aplica-se o cumprimento deste Regulamento.

### **Capítulo III - Normas específicas para instituições e reservas de espaço**

#### **Artigo 21.º - Instituições**

1. Para realizar a inscrição de instituições são necessários os seguintes documentos disponibilizados pela Piscina de Odivelas:
  - a) Ficha de dados da instituição;
  - b) Declaração de conhecimento e aceitação do Regulamento Interno;
  - c) Lista onomástica contendo os seguintes dados dos inscritos: nome completo, data de nascimento e número do documento de identificação.
2. A instituição tem obrigação de acompanhar os utilizadores à sua responsabilidade, com os recursos humanos suficientes para a boa gestão do grupo.

#### **Artigo 22.º - Reserva de Espaço**

1. A reserva de espaço destina-se a grupos ou a pessoas singulares que pretendam utilizar um espaço de água sob a sua inteira responsabilidade.
2. O Município de Odivelas reserva-se ao direito de não aceitar a realização de uma reserva de espaço, dependendo da natureza da atividade a realizar.
3. No caso de reservas realizadas por pessoas singulares é necessária a recolha, tratamento e conservação dos dados seguintes dados pessoais, nome completo, NIF, contacto telefónico, sendo os dados tratados de acordo com o artigo 5.º deste Regulamento.
4. No caso de reservas realizadas por instituições é necessário o preenchimento dos documentos enunciados no n.º 1 do artigo 21.º deste Regulamento.

### **Capítulo IV- Disposições Finais**

#### **Artigo 23.º - Regime Sancionatório**

1. Sem prejuízo de outras sanções legalmente previstas, aos utentes individuais e coletivos que infringjam o presente Regulamento e demais normas da instalação desportiva, atendendo à gravidade da infração, pode ser aplicada uma das seguintes sanções:
  - a) Suspensão temporária ou perda do direito de acesso e permanência na atividade;
  - b) Perda da inscrição e consequente impedimento ao acesso à atividade, caso esteja inscrito nos projetos e programas organizados e/ou apoiados pela entidade gestora da instalação desportiva;
  - c) Interdição de entrada na instalação desportiva, efetuada pelos respetivos funcionários, podendo ser solicitada a intervenção das forças públicas de segurança se o utente não acatar essa determinação;

- d) Pagamento da respetiva taxa pela renovação, sempre que haja interrupção do vínculo e o utente pretenda voltar a frequentar a atividade, nomeadamente, nos casos em que aquele não proceda ao pagamento nos prazos estipulados ou interrompa a atividade desportiva por um período superior a 60 dias.
2. As sanções referidas nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 não conferem qualquer direito a devolução ou dedução dos valores cobrados.
3. Há sempre lugar ao pagamento dos danos e prejuízos causados pela lesão ao património, incluindo os gastos com a sua aquisição, transporte, colocação e demais encargos emergentes.
4. O utilizador é responsável pelos danos resultantes da violação das normas constantes no presente Regulamento, dando lugar a instauração de inquérito sumário a tramitar na DDD, enquanto serviço responsável pelo adequado cumprimento do presente Regulamento, por efeito do disposto no n.º3 do artigo 2.º
5. Da eventual aplicação das sanções previstas no presente artigo há lugar a reclamação a interpor perante a CMO, que apreciará no prazo de dez dias úteis.

#### **Artigo 24.º - Casos Omissos**

Os casos omissos no presente Regulamento são decididos pelo Presidente da CMO, sob proposta da DDD à qual se encontra mandatada a gestão da Piscina de Odivelas.

#### **Artigo 25º - Norma revogatória**

Com a entrada em vigor do presente Regulamento é revogado o Regulamento anterior.

#### **Artigo 26.º - Entrada em Vigor**

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões.



# ANEXO

## CONSULTA PÚBLICA DA PROPOSTA DE *REGULAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO ASSOCIATIVO DE PAIS E ENCARGADOS DE EDUCAÇÃO (PAAPEE)*

(Nos termos do Aviso publicado na página 23 do presente boletim)





## **REGULAMENTO**

Programa de Apoio Associativo de Pais e Encarregados de  
Educação

## **Preâmbulo**

As associações de pais enquanto estruturas representativas de todos os pais e encarregados de educação prestam um contributo fundamental na construção e na defesa de uma escola pública democrática e de qualidade.

Assumem-se como interlocutores privilegiados na relação escola/família e desempenham um papel fundamental na promoção de contextos onde se desenvolvem atividades que potenciam o sucesso educativo de todos os alunos.

Constituem-se como expressão do desenvolvimento de uma cidadania ativa, assente no investimento humano voluntário, que visa contribuir para a promoção do sucesso educativo de todos os alunos e para diminuição das assimetrias e das desigualdades.

Consciente da relevância do trabalho desenvolvido por estas associações em prol da comunidade escolar de Odivelas e da sua importância enquanto agentes de coesão territorial, numa perspetiva de cooperação e coresponsabilização, o Município de Odivelas pretende estabelecer um quadro de apoio à atividade desenvolvida pelas associações de pais e encarregados de educação das escolas públicas do concelho de Odivelas.

Este quadro de apoio é concretizado no «Programa de Apoio Associativo de Pais e Encarregados de Educação», que prevê quatro tipologias de medidas de apoio: comparticipação financeira, apoio logístico, apoio em transporte e apoio técnico, que se desenvolvem através de um procedimento simplificado contudo, rigoroso e transparente.

Assim, considerando o estabelecido na alínea e), do n.º 2, do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 372/1990, de 27 de Novembro, alterado e republicado pela Lei n.º 29/2006, de 4 de Julho e ao abrigo das disposições conjugadas da alínea g) do artigo 25º, da alínea k) e da alínea o) do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal de Odivelas delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal de Odivelas o «Programa de Apoio Associativo de Pais e Encarregados de Educação», nos termos seguintes:

## **Capítulo I**

### **Disposições Gerais**

#### **Artigo 1º**

##### **Destinatários**

1. São destinatárias do Programa de Apoio ao Movimento Associativo de Pais e Encarregados de Educação da Rede Pública do Concelho de Odivelas as entidades seguintes:
  - a) As Associações de Pais e Encarregados de Educação (APEE), dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico, secundário e profissional da rede pública, legalmente constituídas e sedeadas no Município de Odivelas;
  - b) As Federações e Confederações de Associações de Pais e Encarregados de Educação, legalmente constituídas e sedeadas no Município de Odivelas.

#### **Artigo 2º**

##### **Modalidades e natureza dos apoios a conceder**

As medidas de apoio estabelecidas no presente Programa assumem a forma de comparticipação financeira, apoio logístico, apoio em transporte e apoio técnico.

## **Capítulo II**

### **Das Medidas de Apoio**

#### **Artigo 3º**

##### **Comparticipação Financeira**

1. Esta medida de apoio consiste na atribuição de um montante fixo anual, destinado a fazer face aos encargos decorrentes do funcionamento e desenvolvimento da atividade regular das entidades destinatárias nos termos seguintes:
  - a) APEE – atribuição do montante anual de **€ 200,00** (duzentos euros);
  - b) APEE de Agrupamento de Escola – atribuição do montante anual de **€ 200,00** (duzentos euros) por cada uma das Escolas que integram a respetiva associação;
  - c) Federações ou Confederações sedeadas no Município de Odivelas – atribuição do montante anual de **€ 500,00** (quinhentos euros).

## **Artigo 4º**

### **Apoio Logístico**

1. Concretiza-se através da possibilidade de cedência de utilização gratuita, por prazo determinado, de instalações/espacos, bens e equipamentos, considerados necessários e indispensáveis ao normal desenvolvimento da atividade das entidades destinatárias.
2. As candidaturas a esta medida de apoio devem ser devidamente fundamentadas designadamente, identificar as atividades a realizar e respetiva calendarização, os objetivos a atingir e o número de participantes.
3. A aprovação desta medida de apoio encontra-se condicionada à disponibilidade existente para a (as) data (as) pretendidas e é priorizada em função da data de entrada dos respetivos pedidos.

## **Artigo 5º**

### **Apoio em Transporte**

1. Consubstancia um apoio complementar à atividade socioeducativa desenvolvida pelas entidades destinatárias e tem correspondência com as iniciativas previamente inscritas no plano de atividades das mesmas.
2. O apoio em transporte concretiza-se através da cedência gratuita de 1 (um) transporte coletivo municipal anual, para deslocações circunscritas ao território nacional, destinado à participação dos alunos em iniciativas ou visitas de natureza lúdico ou recreativa;  
O apoio previsto exclui os períodos de interrupção letiva e os fins de semana.  
Os pedidos de apoio previstos no número 2. do presente artigo, encontram-se condicionados à disponibilidade existente para a data pretendida e são priorizados em função da respetiva data de entrada.

## **Artigo 6º**

### **Apoio Técnico**

1. Traduz-se na possibilidade de técnicos/ serviços municipais acompanharem e/ou colaborarem na realização de iniciativas e/ou projetos previstos no plano de atividades das entidades destinatárias.
2. O apoio estabelecido no presente artigo exclui os períodos correspondentes aos fins de semana e feriados.

### **Capítulo III**

#### **Registo, Candidatura e Aprovação dos Apoios**

##### **Artigo 7º**

###### **Registo**

1. As entidades destinatárias que pretendam beneficiar das medidas de apoio previstas no presente Programa devem proceder ao respetivo registo junto do Departamento de Educação e Coesão Social - Divisão de Projetos Educativos, Igualdade e Cidadania e cumprir os requisitos seguintes:
  - a) Estar regularmente constituídas;
  - b) Possuir sede no Município de Odivelas e manter uma atividade anual, continua e regular;
  - c) Ter a situação contributiva regularizada perante a administração fiscal e a segurança social;
  - d) Inexistência de dívidas perante o Município de Odivelas;
  - e) Ter os órgãos sociais previstos nos respetivos estatutos regularmente eleitos.

##### **Artigo 8º**

###### **Documentos**

1. O registo é formalizado com a apresentação dos documentos seguintes:
  - a) Cópia do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva,
  - b) Cópia dos Estatutos publicados em Diário da Republica;
  - c) Cópia da Ata de eleição e tomada de posse dos Corpos Sociais;
  - d) Documento comprovativo do Número de Identificação Bancário (NIB);
  - e) Declarações comprovativas da regularização da situação contributiva perante a Segurança Social e do cumprimento das obrigações fiscais ou autorização para a consulta da situação fiscal ou contributiva por parte do Município de Odivelas, nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, na sua redação atual.
2. Sem prejuízo dos documentos que têm prazo de validade, os documentos referidos no número anterior devem estar permanentemente atualizados, devendo as entidades destinatárias atualizá-los sempre que ocorra alguma circunstância que determine a alteração nas situações documentadas.

## **Artigo 9º**

### **Candidatura**

Todas as entidades que pretendam beneficiar das medidas de apoio estabelecidas no presente Programa devem proceder ao respetivo registo nos termos dos artigos 7.º e 8.º, preencher o formulário de candidatura acompanhado do modelo adequado (em anexo) e remeter todos os documentos à Câmara Municipal de Odivelas, através de correio eletrónico, para o endereço seguinte: geral@cm-odivelas.pt.

## **Artigo 10º**

### **Modelos e Prazos de Candidatura**

Para beneficiarem dos apoios estabelecidos no presente Programa as entidades destinatárias devem observar os prazos abaixo indicados e fazer acompanhar o formulário de candidatura do respetivo modelo, nos termos seguintes:

<b>Medidas de Apoio</b>	<b>Modelos</b>	<b>Prazos de Candidatura</b>
<b>Comparticipação Financeira</b>	Formulário de candidatura + <b>Modelo 1</b>	De 1 a 31 de outubro de cada ano civil
<b>Apoio Logístico</b>	Formulário de candidatura + <b>Modelo 2</b>	Antecedência de <b>20 (vinte) dias úteis</b> em relação à data de realização da atividade
<b>Apoio em Transporte</b>	Formulário de candidatura + <b>Modelo 3</b>	Antecedência de <b>20 (vinte) dias úteis</b> em relação à data de realização da atividade
<b>Apoio Técnico</b>	Formulário de candidatura + <b>Modelo 4</b>	Antecedência de <b>10 (dez) dias úteis</b> em relação à data de realização da atividade

## **Artigo 11º**

### **Análise das Candidaturas**

1. Os serviços competentes da Câmara Municipal de Odivelas procedem à análise das candidaturas, verificando o cumprimento de todos os requisitos exigidos.
2. Verificando-se a falta de algum documento ou informação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da receção da candidatura, os serviços informam a entidade candidata e convidam-na, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a suprir os elementos em falta, com a advertência de que o não suprimento das faltas identificadas determina o arquivamento liminar da candidatura.
3. Encontrando-se a candidatura completa os serviços competentes elaboram, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, o projeto de decisão a submeter à competente aprovação.

## **Artigo 12º**

### **Decisão**

A decisão sobre a atribuição de comparticipações financeiras é da competência do Executivo Camarário e as restantes medidas de apoio são atribuídas por despacho favorável do Vereador (a) com o Pelouro da Educação, com faculdade de subdelegação no Diretor do Departamento com atribuições na área da Educação.

## **Artigo 13º**

### **Comunicações**

A decisão sobre atribuição de apoios no âmbito do presente Programa é comunicada às entidades destinatárias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a data da respetiva decisão pela entidade competente.

## **Artigo 14º**

### **Alterações**

Em circunstâncias excecionais e imprevisíveis, alheias à vontade da entidade candidata, podem as mesmas, no âmbito das medidas de apoio Logístico, em Transporte e Técnico, solicitar a alteração das datas aprovadas, com o prazo mínimo de antecedência de 5 (cinco) dias úteis, condicionada à disponibilidade existente para a nova data pretendida.

## **Artigo 15º**

### **Pagamentos**

1. O pagamento da comparticipação financeira atribuída ao abrigo do presente Programa é efetuado por transferência bancária para o NIB (Número de Identificação Bancária) da entidade candidata e após a entrega dos seguintes documentos:
  - a) Declaração da situação contributiva fiscal regularizada, nos termos da legislação em vigor, atualizada à data de pagamento, ou autorização de consulta nas bases de dados das Finanças;
  - b) Declaração da situação perante a Segurança Social regularizada, nos termos da legislação em vigor, atualizada à data de pagamento, ou autorização de consulta nas bases de dados da Segurança Social.
2. Em situações excecionais, o pagamento pode ser efetuado através da emissão de cheque bancário.

## **Artigo 16º**

### **Publicitações**

1. Em cumprimento do estabelecido na lei, o Município de Odivelas divulgará na sua página oficial, no decurso do mês de fevereiro, os montantes globais por tipologia de apoio atribuídos ao abrigo do presente Programa, por referência ao ano civil imediatamente anterior.
2. As ações apoiadas ao abrigo do presente Programa, quando publicitadas ou divulgadas por qualquer forma devem, obrigatoriamente, fazer referência ao apoio atribuído pelo Município de Odivelas no seu desenvolvimento, fazendo menção: “Com o apoio do Município de Odivelas” e respetivo logótipo.

## **Artigo 17º**

### **Avaliação da Execução dos Apoios**

1. As entidades apoiadas financeiramente no âmbito do presente Programa devem criar um centro de custos específico para a execução da verba atribuída.
2. Todas as despesas registadas no centro de custos, devem constar de um dossier financeiro, com cópia dos documentos de despesa e respetivos comprovativos de liquidação.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, as entidades apoiadas ficam obrigadas à prestação de contas do apoio financeiro recebido (Modelo 5), acompanhado do respetivo Relatório de Atividades e Contas, até 31 de agosto, de cada ano.

4. Na eventualidade de se suscitarem dúvidas, a Câmara Municipal de Odivelas ou entidade por si designada reserva-se o direito de, a todo o tempo, solicitar a apresentação de informação ou documentação que demonstre a correta aplicação das verbas atribuídas.

### **Artigo 18º**

#### **Responsabilidade pelas Declarações Prestadas**

Qualquer ato ou omissão intencional que implique a prestação de falsas declarações ou a apresentação de documentos falsos, inexatos ou incompletos que tenha por efeito o recebimento indevido de verbas ou aplicação dos apoios fora dos fins para os quais os mesmos foram atribuídos responsabiliza a entidade apoiada, podendo determinar a reposição de verbas e/ou a suspensão de candidaturas subsequentes pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

## **Capítulo IV**

### **Disposições finais**

### **Artigo 19º**

#### **Dúvidas e omissões**

- 1 - As dúvidas e omissões resultantes da interpretação, validade ou aplicação dos artigos do presente Regulamento, são resolvidas casuisticamente, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objetivo do presente regulamento.
- 2 – A Câmara Municipal de Odivelas pode emitir orientações técnicas, quando se verificarem dificuldades de interpretação relativamente à aplicação de um ou mais artigos do presente regulamento.

### **Artigo 20.º**

#### **Direito subsidiário**

Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente regulamento será aplicável subsidiariamente a lei geral, nomeadamente, o Código do Procedimento Administrativo, o Código dos Contratos Públicos e o Regime da Administração Financeira do Estado.

## **Artigo 21.º**

### **Norma Transitória**

1. Com vista a assegurar a regular atividade das entidades destinatárias, no ano da entrada em vigor do presente Regulamento, não é aplicável o prazo de candidatura à comparticipação financeira estabelecido no artigo 10.º.
2. As entidades destinatárias que pretendam candidatar-se à comparticipação financeira estabelecida no artigo 3.º dispõem, no ano de início de vigência do presente Regulamento, do prazo de 15 (quinze) dias úteis, após a publicação no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões, para apresentar a candidatura e este apoio, seguindo-se o procedimento subsequentemente estabelecido.

## **Artigo 22º**

### **Entrada em Vigor**

O presente Regulamento entra em vigor no dia útil seguinte ao da sua publicação no Boletim Municipal das Deliberações e Decisões.

**Anexos:**

**Formulário de Candidatura e Modelos**

# ANEXO

## *REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL D. DINIS E POLOS*

(Republicação conforme o que consta na página 40 do presente boletim)

O Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e Polos entra em vigor,  
após publicação no *Diário da República*, nos termos do artigo 32.º do regulamento.



## **REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL D. DINIS E POLOS**

Nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013 e 50-A/2013, respetivamente de 1 e 11 de novembro e, nos termos do n.º 3 do artigo 118.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, tendo o respetivo projeto sido objeto de apreciação pública, é estabelecido o Regulamento da Biblioteca Municipal D. Dinis:

### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **ARTIGO 1.º**

###### **Âmbito de Aplicação**

1. O presente Regulamento aplica-se ao funcionamento da Biblioteca Municipal D. Dinis e respetivos polos que integram a rede municipal de bibliotecas de Odivelas.
2. A Biblioteca Municipal D. Dinis e respetivos polos prestam serviços de caráter informativo, educativo e cultural, tendo por finalidade a promoção do livro e da leitura, observando os princípios expressos no “Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas”.

##### **ARTIGO 2.º**

###### **Objetivos**

A Biblioteca Municipal D. Dinis e respetivos polos têm por objetivos:

- a) Proporcionar o livre acesso à cultura e à informação a todos os munícipes.
- b) Facilitar o acesso aos diversos suportes de informação, através da consulta local ou do empréstimo domiciliário.

- c) Adquirir, organizar e disponibilizar coleções de modo a dar resposta às necessidades de informação, educação e cultura, visando a descentralização dos serviços de leitura pública no espaço concelhio.
- d) Valorizar, divulgar e possibilitar o acesso da população ao património cultural da região, através da criação de um fundo bibliográfico local.
- e) Prestar apoio às bibliotecas escolares dos estabelecimentos de ensino do Concelho.
- f) Promover atividades de animação e divulgação cultural, contribuindo para a ocupação dos tempos livres da população.

### **ARTIGO 3.º**

#### **Atividades**

1. Para prossecução dos objetivos referidos no artigo 2.º, a Biblioteca Municipal D. Dinis e respetivos polos propõem-se implementar as seguintes atividades:
  - a) Gestão do acervo bibliográfico, de modo a disponibilizar serviços eficientes e de qualidade.
  - b) Atualização regular das coleções.
  - c) Organização técnica dos documentos de modo adequado e permanente.
  - d) Realização de atividades de animação e divulgação cultural e outras iniciativas de promoção do livro e da leitura.
  - e) Promoção de autores locais, através de encontros, debates e outras iniciativas.
  - f) Cooperação com outras bibliotecas, entidades e organismos que contemplem, nas suas atividades, a promoção cultural, educativa e informativa.
  - g) Criação de serviços inovadores e especiais que visem disseminar o acesso à informação.

2. Para além das iniciativas referidas no número anterior, a Biblioteca Municipal D. Dinis e respetivos polos poderão desenvolver outras atividades e serviços que se enquadrem nos objetivos a que se propõem.

3. As atividades da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas ou de entidades externas não podem ter fins lucrativos, à exceção de lançamentos de livros, feiras do livro e iniciativas/eventos similares.

## **CAPÍTULO II**

### **SUJEITOS**

#### **ARTIGO 4.º**

##### **Condições de Admissão**

1. Pode ser utente da rede municipal de bibliotecas qualquer pessoa singular, estabelecimento de ensino ou instituição de carácter social, cultural ou desportivo.

2. A admissão como leitor em qualquer biblioteca da rede municipal é gratuita e está dependente da apresentação do cartão de leitor.

3. A obtenção do cartão de leitor está dependente de:

a) Apresentação do documento de identificação (bilhete de identidade, cartão de cidadão, passaporte ou autorização de residência).

b) Indicação da data de nascimento.

c) Indicação do endereço de correio eletrónico e telemóvel ou, na ausência destes, da morada.

4. A atribuição do cartão de leitor a menor de dezoito anos está dependente de:

a) Autorização prévia do(s) titular(es) das responsabilidades parentais, mediante o preenchimento do termo de responsabilidade.

b) Apresentação do documento de identificação do menor (bilhete de identidade, cartão de cidadão, passaporte ou autorização de residência).

c) Indicação da data de nascimento do menor.

d) Indicação do endereço de correio eletrónico e telemóvel ou, na ausência destes, a morada do(s) titular(es) das responsabilidades parentais.

5. A obtenção do cartão de leitor por estabelecimento de ensino ou instituição de carácter social, cultural ou desportivo está dependente de:

a) Credencial da pessoa coletiva, em papel timbrado, a delegar a titularidade do cartão de leitor num seu representante.

b) Apresentação do documento de identificação do representante delegado.

c) Indicação do endereço de correio eletrónico e telemóvel ou, na ausência destes, a morada.

6. O cartão de leitor é válido pelo período de três anos, renovável por iguais períodos. A revalidação do cartão de leitor dos estabelecimentos de ensino e instituições de natureza social, cultural ou desportiva está condicionada à apresentação da credencial prevista na alínea a) do n.º 5 do presente artigo, devidamente atualizada.

7. Aos utentes que, durante o período de validade do cartão, atinjam os dezoito anos, é solicitada a atualização dos seus dados pessoais.

## **ARTIGO 5.º**

### **Direito dos Utes**

Aos utentes da rede municipal de bibliotecas é garantido o direito a:

a) Serem tratados com civismo, equidade, imparcialidade e atenção.

b) Consultarem o catálogo bibliográfico informatizado.

- c) Consultarem as coleções existentes nas estantes.
- d) Solicitarem, mediante a apresentação do cartão de leitor, o empréstimo domiciliário dos documentos disponíveis para tal fim nos termos definidos no presente Regulamento.
- e) Utilizarem o computador uma hora por dia, para elaboração de trabalhos e leitura de suportes digitais das coleções, bem como para consulta de fontes remotas de informação, designadamente a Internet, mediante a exibição do cartão de leitor. Excecionalmente, esse tempo poderá ser maior, caso não existam utentes à espera.
- f) Serem informados, com a antecedência mínima de 48 horas, exceto em situações imprevisíveis, de qualquer modificação que venha a ser efetuada em horários, serviços ou atividades.
- g) Apresentarem sugestões, reclamações e propostas, mediante o preenchimento de impresso próprio.
- h) Reproduzirem documentos, desde que não infrinjam as normas legalmente estabelecidas no “Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos”, através de dispositivos digitais de uso pessoal que, para o efeito, devem obrigatoriamente ser submetidos a registo prévio na biblioteca.

## **ARTIGO 6.º**

### **Gestão da Privacidade e Proteção de Dados**

1. A recolha e o tratamento de dados pessoais, fornecidos na Biblioteca Municipal D. Dinis e respetivos polos, são feitos em conformidade com a alínea b) do n.º 1 do art.º 6.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), adotado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, cuja execução, na ordem jurídica nacional, é assegurada pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.
2. A recolha e o tratamento de dados pessoais têm por finalidade:
  - a) O fornecimento continuado dos serviços de empréstimo domiciliário.
  - b) A informação de atividades e outros eventos relacionados com a promoção do livro e da leitura.

c) A identificação inequívoca dos utentes, inscritos como leitores ou participantes nas atividades, e o estabelecimento de contacto individualizado.

3. Os dados pessoais são conservados de acordo com os seguintes critérios:

a) Os dados recolhidos no ato de inscrição como leitor na rede de bibliotecas municipais são conservados pelo período legal de três anos (Portaria n.º 1253/2009, de 14 de outubro), ou, em caso de incumprimento nos serviços de empréstimo domiciliário, até à regularização do incumprimento.

b) Relativamente às doações nominais, ao longo do ano e eliminados em janeiro do ano seguinte, após ser dado conhecimento da lista de doadores ao Órgão Executivo Municipal. O nome dos doadores é conservado de forma permanente junto aos exemplares doados no catálogo bibliográfico da rede de bibliotecas municipais, se, para o efeito, tiverem dado autorização em declaração própria.

c) Ao longo do período de realização das atividades e outros eventos relacionados com a promoção do livro e da leitura.

4. Os dados pessoais necessários à prossecução dos objetivos ou ao fornecimento de serviços são:

a) Os referidos no n.º 3 ou n.º 4 do artigo 4.º, na obtenção do cartão de leitor.

b) Nome, endereço eletrónico ou telemóvel, nas atividades e outros eventos relacionados com a promoção do livro e da leitura. Na ausência dessas formas de contacto, a morada é solicitada. A morada é igualmente necessária quando as atividades são realizadas em casa dos utentes.

c) Adicionalmente, é necessário fornecer a idade e o nome do acompanhante, nas atividades destinadas a crianças.

d) Nome, endereço eletrónico, telemóvel, morada e número de identificação fiscal da pessoa singular, para efeitos de aplicação das taxas identificadas no artigo 21.º, quando a pessoa singular requisita, a título individual, as instalações da sala polivalente e o equipamento audiovisual a ela afeto.

5. De acordo com o RGPD, ao titular dos dados pessoais é garantido o direito a:

- a) Proteção e confidencialidade dos dados pessoais.
- b) Acesso, retificação, alteração, limitação, reclamação a uma autoridade de controlo, portabilidade dos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como oposição ao tratamento e apagamento desses dados. O apagamento dos dados pessoais está, no entanto, condicionado à situação regularizada nos serviços de empréstimo domiciliário.
- c) Para os efeitos referidos na alínea anterior, o titular dos dados pessoais poderá contactar o Município de Odivelas, que é o Responsável pelo Tratamento de Dados, através do endereço eletrónico [geral@cm-odivelas.pt](mailto:geral@cm-odivelas.pt), ou o Encarregado Geral de Proteção de Dados do Município de Odivelas, através do endereço eletrónico [protecaodedados@cm-odivelas.pt](mailto:protecaodedados@cm-odivelas.pt).

## **ARTIGO 7.º**

### **Deveres dos Utentes**

Os utentes são obrigados a:

- a) Cumprir as normas estabelecidas no presente Regulamento.
- b) Respeitar e relacionar-se de forma cívica e cortês com os trabalhadores e restantes utentes, nomeadamente não emitindo ou produzindo ruídos.
- c) Colocar os documentos consultados nos locais indicados para o efeito, não os devendo arrumar nas estantes de onde foram retirados.
- d) Manter em bom estado de uso e conservação os documentos que lhes forem facultados, quer na consulta local quer na consulta domiciliária.
- e) Ressarcir o Município de Odivelas pelos danos que causem nas instalações da rede de bibliotecas municipais, em documentos, equipamentos ou perdas, através do pagamento integral dos mesmos ou da respetiva reposição.
- f) Cumprir os prazos estabelecidos para a devolução dos documentos requisitados.

g) Comunicar, de imediato, a perda ou extravio do cartão de leitor, sob pena de serem responsabilizados pela utilização fraudulenta efetuada por terceiros.

h) Manter atualizados os dados pessoais registados na ficha de inscrição.

### **Artigo 8.º**

#### **Acidentes Pessoais**

O Município de Odivelas declina qualquer responsabilidade por acidentes que ocorram com os utentes aquando da utilização das instalações, salvo as situações previstas e abrangidas pelo seguro que o Município possui para o efeito.

### **ARTIGO 9.º**

#### **Permanência de Menores**

O Município de Odivelas declina qualquer responsabilidade por acidentes e danos que se venham a verificar com menores nas instalações das bibliotecas da rede municipal, decorrentes da omissão do dever de vigilância dos respetivos responsáveis legais.

### **ARTIGO 10.º**

#### **Proibições**

É expressamente proibido ao utente:

a) Consumir alimentos e bebidas nas instalações das bibliotecas da rede municipal. A interdição do consumo de alimentos e bebidas não-alcoólicas não se aplica ao espaço Biblioteca Fora de Hor@s.

b) Utilizar objetos, materiais ou outros instrumentos que possam danificar o imóvel, mobiliário e documentos.

c) Escrever, sublinhar, rasgar, dobrar as folhas de qualquer documento, bem como marcá-los por qualquer outra forma.

- d) Transportar para o exterior das instalações das bibliotecas da rede municipal qualquer documento ou equipamento sem que para o efeito tenha sido autorizado pelos serviços e técnicos responsáveis.
- e) Fazer-se acompanhar por animais, exceto nas situações legalmente admitidas.
- f) Ligar computadores pessoais à rede informática do Município de Odivelas.
- g) Instalar e descarregar qualquer tipo de programas nos computadores disponíveis ao público, através de unidades de armazenamento ou da Internet.
- h) Consultar páginas eletrónicas com conteúdos violentos ou pornográficos ainda não bloqueadas pelos serviços, sob pena de lhe ser permanentemente vedado o acesso aos computadores.
- i) Utilizar equipamentos sonoros, exceto com auscultadores e desde que não emitam ruído.
- j) Utilizar telemóvel ou outros aparelhos de comunicação.
- k) Com exceção da comunicação social e para fins exclusivos de cobertura informativa, fotografar espaços sem autorização prévia da chefia da rede municipal de bibliotecas.
- l) Fotografar trabalhadores e utentes sem autorização prévia dos próprios.

## **ARTIGO 11.º**

### **Incumprimentos**

1. O incumprimento do prazo de devolução de documentos, ainda que esse incumprimento se verifique apenas num dos documentos, impede o utente de requerer a prorrogação de prazos, de reservar documentos e de requerer novos empréstimos por um número de dias igual ao número de dias de atraso.
2. Aos utentes responsáveis por posse prolongada, dano ou perda de documentos, a rede municipal de bibliotecas reserva o direito de recusar o serviço de empréstimo domiciliário e o acesso aos equipamentos informáticos.

3. O utente não poderá renovar o cartão de leitor em caso de prática de ato suscetível de ressarcimento ao Município de Odivelas pelos danos que tenha causado nas instalações e/ou equipamentos da rede municipal de bibliotecas, em documentos ou perdas destes e cujo pagamento integral ou respetiva reposição ainda não tenha efetuado.

4. No caso de a reposição não ser possível, o utente indemnizará o Município de Odivelas em quantia equivalente ao valor do documento no mercado editorial.

5. A prática de ato que provoque danos nas instalações e/ou equipamentos da rede municipal de bibliotecas, em documentos ou respetiva perda, não inibe o Município de Odivelas, independentemente do presente Regulamento, de acionar os meios legais existentes, nomeadamente os civis e criminais.

### **CAPÍTULO III**

#### **FUNCIONAMENTO**

#### **Título I**

##### **Regras Comuns a Todos os Espaços**

#### **ARTIGO 12.º**

##### **Acesso**

1. O acesso dos utentes às estantes é livre, podendo ser consultados todos os documentos existentes nas salas de leitura.

2. Qualquer cidadão pode circular livremente nos espaços destinados ao público e utilizar os serviços de livre acesso disponibilizados.

3. Poderá ser negada a entrada aos utentes que se apresentem em condições de higiene e salubridade que ponham em causa o bem-estar dos trabalhadores e público em geral.

4. O acesso de crianças deve ser sempre efetuado na companhia de pessoa adulta para tanto autorizada pelo(s) titular(es) das responsabilidades parentais, não se responsabilizando as bibliotecas da rede municipal por eventuais ocorrências.

### **ARTIGO 13.º**

#### **Espaços**

O utente poderá ter ao seu dispor os seguintes espaços, a determinar em função das características das instalações onde se insere cada biblioteca:

- a) Átrio, para a realização de exposições e outras atividades de animação cultural.
- b) Bebeteca (dos 9 aos 36 meses) e salas de leitura infantil, juvenil/multimédia e de adultos.
- c) Sala do conto, para atividades de promoção do livro e da leitura.
- d) Áreas de leitura informal e de convívio.
- e) Sala Polivalente, para realização de conferências, seminários, palestras, ações de formação e outros eventos similares, de acordo com as regras previstas no Título II do presente Capítulo.
- f) Instalações sanitárias.

### **ARTIGO 14.º**

#### **Serviços**

O utente poderá dispor dos seguintes serviços, a determinar em função das características das instalações onde se insere cada biblioteca:

- a) Serviço de acolhimento e empréstimo.
- b) Serviço de referência.

## **ARTIGO 15.º**

### **Horário**

1. O horário de funcionamento ao público da Biblioteca Municipal D. Dinis é o seguinte:

<b>INVERNO</b>	<b>VERÃO</b>
16 de setembro a 14 de junho	15 de junho a 15 de setembro
<b>Serviço de Empréstimo e Salas de Leitura</b>	
De terça a sexta-feira	De terça a sexta-feira
Das 9:30 às 18:45 horas	Das 9:30 às 18:45 horas
Sábados	Sábados
Das 9:30 às 16:45 horas	Das 9:30 às 14:45 horas
<b>Biblioteca Fora de H@ras</b>	
De segunda-feira a sábado	De segunda-feira a sexta-feira
Das 9:30 às 23:00 horas	Das 9:30 às 23:00 horas
	Sábados
	Das 9:30 às 23:00 horas
	<b>Mês de agosto</b>
	De segunda-feira a sexta-feira
	Das 9:30 às 19:00 horas
	Sábados
	Das 9:30 às 15:00 horas

2. O horário de funcionamento ao público da Sala Polivalente e átrios é o seguinte:

<b>INVERNO</b>	<b>VERÃO</b>
16 de setembro a 14 de junho	15 de junho a 15 de setembro
De segunda-feira a sábado	De segunda-feira a sábado
Das 9:30 às 23:00 horas	Das 9:30 às 23:00 horas
	<b>Primeira quinzena de agosto</b>
	De segunda-feira a sexta-feira
	Das 9:30 às 19:00 horas
	Sábados
	Das 9:30 às 15:00 horas

3. O horário de funcionamento ao público dos polos é o seguinte:

<b>INVERNO</b>	<b>VERÃO</b>
16 de setembro a 14 de junho	15 de junho a 15 de setembro
<b>Serviço de Empréstimo e Salas de Leitura</b>	
De terça a sexta-feira	De terça a sexta-feira
Das 9:15 às 13:00 e das 14:00 às 17:45 horas	Das 9:15 às 13:00 e das 14:00 às 17:45 horas
Sábados	Sábados
Das 9:15 às 13:00 e das 14:00 às 16:45 horas	Das 9:15 às 13:00 e das 13:30 às 14:45 horas

4. A Biblioteca Municipal de Odivelas e respetivos polos encerram nos feriados nacionais, feriado municipal (19 de novembro), terça-feira de carnaval, sábado de aleluia e na segunda quinzena do mês de agosto, para manutenção e reorganização das salas e serviços.

## **Título II**

### **Regras Aplicáveis Exclusivamente à Sala Polivalente e Átrios da Biblioteca Municipal D. Dinis**

#### **Artigo 16.º**

##### **Utilização da Sala Polivalente e Átrios da Biblioteca Municipal D. Dinis**

1. A Sala Polivalente é destinada a ações de formação, conferências, palestras, reuniões de caráter informativo e outros eventos similares, tendo capacidade para, aproximadamente, 200 pessoas, dispondo de cerca de 140 lugares sentados.

2. A Biblioteca Municipal D. Dinis constitui um espaço público de cultura e informação por excelência. Assim os eventos a realizar pelas entidades requisitantes não devem de modo algum desvirtuar estes princípios, sob pena de poderem vir a ser recusados futuros pedidos de cedência de instalações.

3. O Átrio Principal, situado no piso 2, destina-se à realização de exposições, feiras do livro e outros eventos similares.

4. O Átrio junto à Sala Polivalente, situado no piso 1, destina-se ao apoio a iniciativas na Sala Polivalente, nomeadamente receção, secretariado, serviço de *catering* e outros similares, assim como à realização de exposições.

### **Artigo 17.º**

#### **Condições de Utilização da Sala Polivalente e Átrios da Biblioteca Municipal**

##### **D. Dinis**

1. As iniciativas, independentemente da sua duração e natureza, não devem afetar o normal funcionamento da Biblioteca Municipal D. Dinis.

2. O manuseamento do equipamento audiovisual é da responsabilidade do(s) técnico(s) de audiovisuais e do(s) funcionário(s) da Biblioteca Municipal D. Dinis.

3. A entidade requisitante é responsável pela arrumação (na montagem e desmontagem) da Sala Polivalente e do(s) átrio(s), devendo zelar pelas condições das instalações e dos materiais. Inclui-se neste artigo a remoção de materiais danosos aplicados no imóvel e no mobiliário.

4. A montagem e desmontagem de exposições no(s) átrio(s) deve ser feita, sempre que possível, às segundas-feiras, dia em que a Biblioteca Municipal D. Dinis se encontra encerrada ao público.

### **Artigo 18.º**

#### **Equipamento**

A Biblioteca Municipal D. Dinis dispõe de material audiovisual e outros equipamentos adequados ao tipo de iniciativas mencionadas no artigo 16.º.



## **Artigo 19.º**

### **Acesso**

O acesso do público à Sala Polivalente da Biblioteca Municipal D. Dinis faz-se através da escada situada no lado direito da fachada principal, no sentido de salvaguardar de ruídos os espaços reservados à leitura.

## **Artigo 20.º**

### **Cedência de Instalações**

A cedência das instalações é feita prioritariamente a:

1. Iniciativas da Câmara Municipal de Odivelas e iniciativas previstas na programação regular da BMDD.
2. Iniciativas apoiadas pela Câmara Municipal de Odivelas.
3. Iniciativas das Juntas de Freguesia do Concelho.
4. Iniciativas das Escolas e Coletividades do Município de Odivelas.
5. Iniciativas de outras Entidades do Concelho.
6. Iniciativas de Entidades fora do Concelho.

## **Artigo 21.º**

### **Taxas**

1. Como contrapartida da utilização das instalações da Sala Polivalente e do equipamento audiovisual a ela afeto, a entidade requisitante fica sujeita ao pagamento das taxas constantes no “Regulamento de Taxas e Outras Receitas Municipais” e “Regulamento de Liquidação e Cobrança de Odivelas” (doravante RTORM).

2. A cedência da Sala Polivalente e respetivos Átrios implica obrigatoriamente o pagamento do serviço de Segurança e Vigilância, cujo valor será debitado pela Empresa de Segurança e Vigilância diretamente à entidade requerente.

### **Artigo 22.º**

#### **Isenção de Taxas**

1. A Câmara Municipal de Odivelas pode isentar, total ou parcialmente, do pagamento de taxas, as entidades que reúnam as condições de isenção previstas no RTORM.

2. A isenção de taxas não isenta do pagamento do serviço referido no n.º 2 do artigo anterior.

### **Artigo 23.º**

#### **Procedimentos**

1. Os pedidos de utilização da Sala Polivalente e dos átrios devem ser feitos por escrito e dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, através de correio eletrónico para o endereço geral@cm-odivelas.pt, ou via CTT para o endereço Paços do Concelho, Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, 2675-372 Odivelas, com 30 dias de antecedência.

2. A entidade requisitante deverá contatar previamente a Biblioteca, através de correio eletrónico para o endereço bmdd@cm-odivelas.pt, a fim de se certificar da disponibilidade da cedência das instalações para a data pretendida, ficando sujeita ao referido no número anterior.

### **Artigo 24.º**

#### **Danos nas Instalações e/ou Equipamento**

Os danos causados nas instalações e no material (mesas, cadeiras, painéis expositores e outros), durante o período da cedência dos mesmos, e que não resultem de uma correta e normal utilização, são da responsabilidade da entidade requisitante.

**CAPÍTULO IV**  
**EMPRÉSTIMO DOMICILIÁRIO**

**ARTIGO 25.º**  
**Admissibilidade de Empréstimo**

1. O empréstimo domiciliário de documentos está condicionado à apresentação do cartão de leitor.
2. Cada utente poderá requisitar até sete (7) documentos: 3 livros, 2 CD e 2 DVD por requisição.
3. Os estabelecimentos de ensino e instituições de carácter social, cultural ou desportivo poderão requisitar até dez (10) documentos: 6 livros, 2 CD e 2 DVD por requisição.

**ARTIGO 26.º**  
**Prazos**

1. O prazo de empréstimo domiciliário dos documentos referenciados no artigo 25.º é de dez dias úteis.
2. Entende-se por dias úteis, os dias de funcionamento das bibliotecas da rede municipal, excluindo segundas, domingos e feriados, ou outros que impliquem o encerramento dos serviços.
3. O empréstimo domiciliário poderá ser prorrogado até duas vezes, devendo o pedido de prorrogação ser efetuado até à data limite do empréstimo, na sessão pessoal da página da rede municipal de bibliotecas, no balcão de empréstimo, correio eletrónico ou via telefone.
4. É condição de renovação do empréstimo de documentos a não existência de qualquer reserva dos mesmos por outro utente para idêntico período, a não existência de suspensão ativa e a não existência de documentos em atraso.
5. Em caso de incumprimento do prazo de devolução dos documentos, estabelecido no empréstimo, os serviços da rede municipal de bibliotecas notificarão o utente via correio eletrónico ou SMS para, no prazo de 10 dias, proceder à devolução dos mesmos, sob pena da aplicação das sanções decorrentes do presente Regulamento.

## **ARTIGO 27.º**

### **Restrições**

1. Não são suscetíveis de empréstimo domiciliário:

a) Livros de referência e documentação pertencentes ao fundo local, exceto quando exista mais do que um exemplar destes.

b) Livros em mau estado de conservação ou danificados.

c) Publicações periódicas (jornais e revistas).

d) Documentos assinalados na lombada com etiquetas quadrangulares de cor vermelha ou amarela.

2. Para efeito de esclarecimento da alínea a) do número anterior, consideram-se:

a) Livros de referência, os editados sob a forma de enciclopédias, dicionários, guias, atlas ou outros.

b) Documentação pertencente ao fundo local, o conjunto de documentos que dizem respeito ao património cultural e à memória coletiva da região.

3. Excecionalmente, mediante a apresentação de requerimento escrito, devidamente fundamentado, poderá proceder-se ao empréstimo domiciliário dos documentos referidos nas alíneas a), c) e d) do n.º 1 do presente artigo.

## **CAPÍTULO V**

### **INFRAÇÕES**

#### **ARTIGO 28.º**

##### **Coimas**

1. A violação do estatuído no presente Regulamento constitui Contraordenação, sancionada com coima indexada ao valor da Retribuição Mínima Nacional (RMN), nos termos seguintes:

a) A infração ao disposto na alínea g) do artigo 7.º e alíneas a), i), j) e k) do artigo 10.º, com coima de 1/8 RMN a 1/4 RMN.

b) A infração ao disposto nas alíneas d), f), g) e h) do artigo 10.º, e n.º 4 do artigo 11.º, com coima de 1/6 RMN a 1/2 RMN.

c) A infração ao disposto nas alíneas b) e c) do artigo 10.º, com coima de 1/2 RMN a 4,5 RMN.

d) A infração ao disposto nas alíneas a), b), c), d), f) e h) do artigo 7.º, com coima de 1/8 RMN a 1/4 RMN.

2. A negligência é punível nos termos gerais.

#### **ARTIGO 29.º**

##### **Sanções Acessórias**

Sem prejuízo das coimas previstas no artigo anterior, poderão ser aplicadas as seguintes sanções acessórias:

a) Sanção acessória de proibição de frequência das bibliotecas municipais de Odivelas, pelo período máximo de cinco anos, relativamente às contraordenações previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 28.º do presente Regulamento.

b) Sanção acessória de cassação do cartão de leitor para as contraordenações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 28.º do presente Regulamento.



## **ARTIGO 30.º**

### **Competência para Aplicação das Coimas e das Sanções Acessórias**

A competência para ordenar a abertura de processo de contraordenação, para aplicação das coimas e das sanções acessórias previstas no presente Regulamento, pertence ao Presidente da Câmara Municipal de Odivelas ou ao Vereador com competência delegada na superintendência dos serviços de bibliotecas.

## **CAPÍTULO VI**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

## **Artigo 31.º**

### **Casos Omissos**

As situações não previstas neste Regulamento e que necessitem de ser supridas serão resolvidas pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas.

## **ARTIGO 32.º**

### **Entrada em Vigor**

Este Regulamento entra em vigor após publicação no “Diário da República”.

## **ARTIGO 33.º**

### **Revogação**

Com a entrada em vigor do presente Regulamento, consideram-se revogados todos os regulamentos municipais que versem sobre esta matéria.